

Tribuna da Luta Operária

Nº 359 — DE 9 A 15 DE MAIO DE 1988

Cz\$ 40,00



Pela primeira vez desde a sua fundação há 66 anos, o partido da classe operária realiza um Congresso na legalidade. Representantes de todos os Estados estarão, do dia 11 ao dia 14, em São Paulo, debatendo a política revolucionária dos comunistas. Presentes delegações do Partido do Trabalho da Albânia e de partidos comunistas de diversos países. Pág. 3.



A FORÇA DO PC DO B

EDITORIAL

Acontecimento histórico

A realização do 7º Congresso Nacional do PC do B representa uma importante vitória do movimento democrático em nosso país. Embora sua existência seja decorrência de condições objetivas da sociedade, as classes dominantes sempre procuraram impedir sua atividade. Prova disto é que desde 25 de março de 1922, data de sua fundação, só agora, 66 anos depois, é que os comunistas conseguem realizar um encontro deste tipo na legalidade.

E, como demonstração da vitalidade da organização do proletariado, no curto período em que pôde sair da clandestinidade — a partir de 1985 — o PC do B tem hoje em suas fileiras 100 mil filiados. Gente que, pela própria história de luta, incorpora-se às fileiras comunistas não para figurar passivamente nas fichas enviadas aos cartórios, mas para combater organizadamente pela liberdade e pelo socialismo.

O PC do B é hoje conhecido e respeitado nacionalmente. Caracteriza-se por uma atividade ampla, buscando pontos de atuação comum com todas as correntes democráticas. Ao mesmo tempo, pauta sua atividade por uma rigorosa fidelidade aos princípios revolucionários e aos interesses maiores da classe operária. Assim, os comunistas atuam em todos os acontecimentos políticos, com a maior flexibilidade nas orientações táticas, mas jamais abrindo mão da crítica aos pontos de vista vacilantes.

Durante os 66 anos de existência do partido, a burguesia tentou por todos os meios dividi-lo, confundir seus militantes e destruí-lo. Para isto, além da repressão policial, das torturas e assassinatos, e de campanhas anticomunistas sistemáticas através dos meios de comunicação, os poderosos tentam diariamente corromper elementos vacilantes, estimular as vaidades pessoais e as pequenas divergências, visando

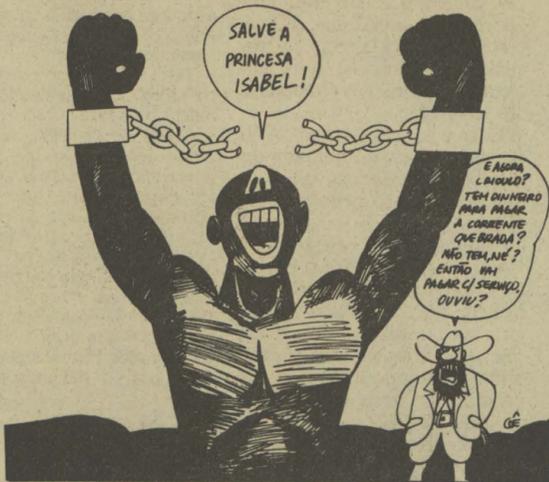
criar grupos fracionistas no seu interior.

Todos estes esforços têm resultado em nada. Os que se deixaram cativar pelas concepções burguesas e resolveram sabotar o partido, foram cabalmente repudiados pela militância revolucionária e desmoralizados até diante de outras correntes democráticas. Os oportunistas que voltam-se para a destruição do partido comunista inevitavelmente se revelam como inimigos dos trabalhadores.

Nos quatro dias, de 11 a 14 deste mês, perto de 500 militantes, representando os 100 mil filiados, contando com a presença fraternal de delegações de mais de uma dezena de partidos comunistas de várias partes do mundo, farão um balanço das atividades e discutirão as orientações revolucionárias adequadas à situação do país. É o coroamento de um rico processo de atividade partidária amplamente democrático, onde todos os militantes têm o direito de expressar suas opiniões e votar de acordo com a sua consciência.

Os comunistas não temem os debates. Mas, ao mesmo tempo, sabem que a discussão não é um processo diletante onde cada um especula sobre tudo. A troca de idéias visa aprofundar a compreensão da realidade, aprimorar a política e consolidar, cada vez em nível mais elevado, a unidade do partido. Assim, as reuniões por todo o Brasil, mesmo onde ocorrem acirradas controvérsias, terminam com o plenário entusiasmado e unido, cantando a Internacional e dando vivas ao PC do B, à liberdade e ao socialismo. O compromisso com a revolução e com a classe operária é o cimento que transforma o partido num bloco monolítico que age, em todo o país, de maneira uniforme.

A Tribuna Operária se associa à alegria dos comunistas e deseja ao PC do B um Congresso de unidade e de vitórias.



100 anos do fim da escravidão

A Lei Áurea completa 100 anos neste 13 de maio. Um momento importante de reflexão da luta dos brasileiros por liberdade e pelo fim da exploração. Uma oportunidade também em que é debatido o preconceito racial em nossa sociedade. Por ocasião do centenário do fim da escravidão, a Tribuna Operária publica um artigo abordando o tráfico de escravos, as condições de trabalho dos negros durante o período de servidão e as variadas formas de luta contra o regime servil que foram travadas por brasileiros, em especial pelos negros. Na página 7.

Reforma agrária no buraco negro da Constituinte

Deu-se o impasse na votação sobre a questão agrária. Os latifundiários da UDR e seus aliados do "Centrão" não admitem a possibilidade de que as terras produtivas, mesmo que não cumpram sua função social, sejam passíveis de desapropriação. Todas as tentativas dos setores progressistas de se chegar a um acordo foram vãs, diante desta intransigência. Instalou-se, então, o chamado "buraco negro". Agora, nova votação apenas na próxima 3ª feira. A questão agrária no Brasil está intimamente ligada a problemas estruturais, assim como a dependência externa e o domínio do capital monopolista brasileiro. A reportagem sobre a votação da Constituinte está na página 4, e a análise da luta pela reforma agrária, na página 5.

Grande adesão na greve pela URP

A paralisação de 48 horas dos funcionários do setor público federal e das empresas estatais, nos dias 3 e 4, superou todas as expectativas. Segundo o Comando Nacional de Greve, cerca de 80% dos mais de 1,5 milhão de trabalhadores do setor aderiram ao movimento de protesto contra o congelamento da URP por dois meses. Numa prova de sua postura autoritária, o governo Sarney anunciou a demissão de várias lideranças grevistas e acionou a PM e o Exército para ocupar refinarias e portos. Animado com o sucesso do movimento, o Comando Nacional discute agora a continuidade da luta pela URP e pela reposição das perdas salariais. Pág. 6



Uniformizados e à paisana, policiais reprimiram os protestos

Polícia reprime greve na Polônia

Em greve por aumento salarial, várias categorias de trabalhadores na Polônia foram duramente reprimidas na última quinta-feira. Tropas especiais da polícia invadiram a siderúrgica Lénin, em Cracóvia, onde cerca de dez mil operários mantinham as linhas de produção paralisadas há dez dias, prendendo 38 dirigentes do movimento, espancando trabalhadores e obrigando os grevistas a assinar uma declaração comprometendo-se a voltar ao trabalho. O governo polonês também mandou apertar o cerco que a polícia já fazia ao estaleiro de Gdansk, com o objetivo de desalojar os seus ocupantes.

A ação policial não diferiu muito daquelas conhecidas mundialmente através de imagens vindas do Chile sob a ditadura Pinochet. Os grevistas foram surpreendidos às duas horas da madrugada com estrondos de portas sendo derrubadas, a explosão de bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo. Os soldados da polícia estavam armados de cassetetes e vestidos à paisana, reprimindo violentamente os que se encontravam no setor de laminação da empresa. Leia a reportagem na pag. 2 e o comentário das 'Lições', pag. 5.

URSS

A perestroika em ação

Ao que parece os revisionistas soviéticos acabam de descobrir a pólvora. "Um fenômeno novo está entrando em nossa vida", garantiu o jornal "Sovietskaya Rossiya" ao noticiar a recente criação de sociedades anônimas na URSS, empresas que serão formadas com base na venda de ações e na futura distribuição de dividendos aos acionistas.

A iniciativa, mais um dos desdobramentos da chamada "perestroika", tem o mérito de facilitar a obra de desmascaramento do capitalismo soviético. O fenômeno, saudado pelos revisionistas como moderno e avançado, além de não ter nada de novo, é um dos típicos do sistema capitalista, especialmente de sua fase imperialista, conforme se verifica ao analisar algumas de suas particularidades.

OS DIVIDENDOS

Iniciemos pela apreciação do significado dos dividendos obtidos pelos donos das ações. Fazendo abstração da qualidade do acionista (se é grande, médio ou pequeno), observando, pois, o dividendo em sua pureza, ver-se-á que se trata da apropriação de trabalho alheio, ou seja, no caso, de **mais-valia**, em forma que, pelas suas características, assemelha-se ao juro bancário e, em certo sentido, pode ser considerada como juro.

O cidadão que possua dinheiro disponível e decida aplicá-lo em ações de uma ou mais empresas, ao lado de tornar-se sócio no (s) negócios (s) em que investiu, assiste à multiplicação de seu capital e dela usufrui (recebendo dividendos) sem que necessariamente participe (ou mesmo tenha conhecimento) do processo real de criação de riquezas no (s) empreendimento (s) de que é sócio. Apropria-se de um produto não porque tenha contribuído para sua realização, mas em função de possuir parte do capital despendido no negócio.

"O lucro se revela", acentua Marx ao estudar as sociedades por ações, "(...) puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio, originando-se da circunstância de os meios de produção se converterem em capital, isto é, se tornarem estranhos aos produtores reais, de se oporem, como propriedade alheia, a todos os indivíduos efetivamente ocupados na produção, do dirigente até o último dos assalariados".

PROPRIEDADE PRIVADA

As sociedades por ações ganharam maior importância precisamente a partir das três últimas décadas do século passado, ou seja, no período em que o capitalismo ingressou em sua etapa imperialista. Resultaram da centralização do capital e da produção e tornaram-se causa de uma centralização ainda maior. Os ideólogos da burguesia, incluindo os reformistas e revisionistas, avaliaram o fenômeno como algo destinado a eliminar as contradições do capitalismo e o seu caráter explorador.

Levantou-se, entre outras coisas, que, ao multiplicar o número de empresários-acionistas, as sociedades anônimas haviam destruído a propriedade privada sobre os meios de produção e, conseqüentemente, já não se podia falar de capitalismo. Trata-se de uma meia verdade.

O desenvolvimento das ações, como observava Marx, representa "a abolição do capital como propriedade privada", mas "dentro dos limites



McDonald's assina contrato para a construção de 20 filiais na URSS

do próprio modo capitalista de produção". No sistema de ações, dizia o filósofo alemão, "existe já oposição à antiga forma em que o meio social de produção se apresenta como propriedade individual; mas a mudança para forma de ações ainda não se liberta das barreiras capitalistas, e em vez de superar a contradição entre o caráter social e o caráter privado na riqueza, limita-se a desenvolvê-la em nova configuração".

Isto porque nas sociedades por ações "dissociam-se a função e a propriedade do capital, e em conseqüência o trabalho aparece por completo separado da propriedade quer dos meios de produção quer do trabalho excedente. Este resultado do desenvolvimento máximo da produção capitalista é uma fase transitória" (entre capitalismo e socialismo).

CAPITALISMO POPULAR?

"Os apologistas da burguesia procuram apresentar o desenvolvimento das empresas em forma de sociedade anônimas como 'democratização do capital'." Esta observação, verdadeira, foi feita num dicionário de economia política, já com algumas concepções revisionistas, elaborado por vários autores soviéticos na década de 60. Hoje, na era da "perestroika" provavelmente ela já constitui uma heresia.

A venda maciça de ações possibilita, em tese, que mesmo os operários possam ser sócios de suas empresas e obter dividendos, o que, em última instância, não significa nada mais que a apropriação de parcela da **mais-valia** por eles mesmo produzida.

No entanto, isto em nada altera a exploração capitalista e muito menos representa a democratização do capital. Quando muito, os trabalhadores conseguem obter a propriedade de uma quantidade irrisória de ações, o que não lhes dá o direito de decidir sobre os rumos do negócio de que tornaram-se sócios. O controle das empresas continua sendo exercido por uma meia dúzia de grandes capitalistas, proprietários da maioria das ações e, em particular, do capital votante.

TRANSPARÊNCIA CAPITALISTA

Ainda não se conhece o alcance da medida adotada pelo governo soviético, uma vez que por aqui, só foi divulgado a criação das sociedades anônimas, sem maiores detalhes. Mas algumas opiniões do professor Nikolai Chmeliov (um dos ideólogos da "perestroika") a respeito — extraídas de uma entrevista à revista soviética "Tempos Novos" — são bastante esclarecedoras.

Apologista das sociedades por ações, Chmeliov ressalta que a venda das ações não deveriam ser limitadas às pessoas físicas (aos indivíduos). "Poderiam ser compradas também por outras empresas que têm, embora temporariamente,

meios livres". E se os acionistas tentarem controlar as empresas, "assim se criaria a forma de controle democrático".

Sobre o caráter capitalista e explorador da iniciativa, preocupação levantada inclusive em alguns jornais soviéticos, ele afirma: "Infelizmente a nossa imprensa habituou o povo aos chavões. Que têm a ver com isso os elementos de exploração? Há cadeias de produção no capitalismo e no socialismo, só que costumamos chamar a do capitalismo exploradores e não dizemos isso sobre a nossa". São opiniões tão transparentes que dispensam maiores comentários.

NEP

Não é demais lembrar que, nos primeiros anos da Nova República Econômica (NEP) na União Soviética (após a guerra civil que se seguiu à revolução proletária), também existiram sociedades anônimas, que tinham entre seus objetivos atrair capitais estrangeiros para o país. Embora com objetivos e características diferentes das empresas dos países capitalistas, tratava-se de uma concessão capitalista, àquela altura inevitável.

Não constituíam parte de uma política econômica dura. Tanto é assim que essas empresas deixaram de existir, como sociedade anônimas, nas décadas de 30 e 40, transformando-se em companhias estatais. Também nas democracias populares surgidas no pós-guerra, que não eram ainda regimes socialistas, houve certa convivência com as sociedades anônimas, que, entretanto, sobreviveram apenas até 1954-1955.

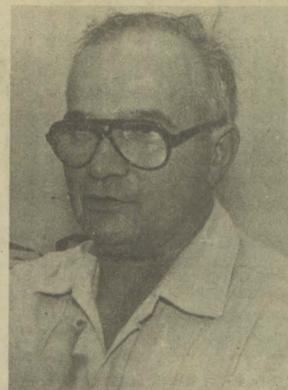
O que se assiste na União Soviética é a continuidade do retrocesso na direção do capitalismo imposto pelos revisionistas. Não é à toa que os ideólogos da "perestroika" voltam os olhos para o passado e cobrem de elogios os tempos em que o socialismo soviético ainda era atrasado e em que, em vários setores, predominava o modo capitalista de produção, como ocorreu no período da NEP.

Chmeliov, por exemplo, afirma que na NEP "o modelo leninista da economia socialista funcionou esplendidamente". Os problemas surgiram com a construção econômica do socialismo, ou mais precisamente "quando começou a desmontagem da Nova Política Econômica". Distorções mais descaradas da teoria leninista e dos fatos históricos é difícil.

Merece ser registrado, como mais uma evidência do caráter capitalista do governo soviético, o contrato assinado há poucos dias entre a rede de lanchonetes McDonald's e representantes do Kremlin, que prevê a abertura de 20 filiais da empresa em Moscou. Um bom mercado e, sobretudo, polpudos lucros. (Umberto Martins)



Antonio Back.



Hebert Greif.

ALEMANHA

Desemprego cresce

Dois ativistas sindicais alemães, Herbert Greif e Antonio Back concederam entrevista à TO sobre a situação atual da classe operária na Alemanha. Em visita ao Brasil, participaram das manifestações do 1º de maio na praça da Sé, em São Paulo, entrando em contato direto com os operários brasileiros, muitos deles ligados a empresas com sede naquele país europeu. Antigos amigos da imprensa operária brasileira, estes dois companheiros contribuíram decisivamente em várias campanhas de sustentação financeira da própria TO, como a que levou o nome do grande fundador do socialismo científico, Karl Marx:

TO Como vocês encaram as relações econômicas da Alemanha com o Brasil?

Back: Não somente com o Brasil, mas com vários outros países dependentes, a Alemanha tem adotado fundamentalmente três diretrizes estratégicas. Em primeiro lugar, investir nestes mercados para multiplicar os lucros de suas empresas; em segundo, manobrar para impedir o desenvolvimento autônomo, especialmente naqueles ramos de atividade em que dominam tecnologicamente; e, por fim, promover a transferência de tecnologia já superada, a altos preços.

TO: Como enfrentar estes problemas?

Back: Creio que a única saída seja a união dos trabalhadores alemães e brasileiros, no sentido de reverter esta política imperialista. Na Alemanha, os operários brasileiros contam com o apoio de vários operários e amigos interessados em contribuir para o objetivo comum: caminhar para uma sociedade mais justa em que a riqueza produzida coletivamente também seja desfrutada coletivamente.

TO: E as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores alemães?

Greif: Desde 1982, num crescendo, temos assistido a uma forte pressão econômica que se abate sobre a classe operária. As grandes promessas do pós-guerra: "trabalho para todos" e "consumo para todos", foram abandonadas pela coligação política que está no poder. Desde 1969, dominam a cena os partidos social-democrata e o liberal conservador. Fruto da política antioperária, o desemprego insta-

lou-se como um fenômeno definitivo a partir da década de 70: atualmente, contamos 3 milhões e meio de desempregados, para um universo de cerca de 22 milhões. Ou seja, mais de 3% da mão-de-obra está fora do mercado de trabalho.

TO: Em que setores esta situação é mais grave?

Greif: As maiores dificuldades estão localizadas na indústria naval, na de carvão e siderurgia. Avizinha-se agora uma crise também no setor automobilístico e nas empresas a ele ligadas. Verifica-se, ainda, no conjunto da indústria, um alto desenvolvimento tecnológico, com a substituição de operários por máquinas, e a conseqüente transferência destes companheiros para empresas em outros países, como o Brasil, a Coreia etc.

TO: As conquistas sindicais na Alemanha, como as 38 horas de trabalho semanais, tiveram grande repercussão em nosso país.

Greif: Sem dúvida, a conquista das 38 horas semanais a partir de 1º de abril último, foi altamente significativa. Aliás, consta do acordo acertado com os patrões a redução para 37 horas em abril de 1989. O fato é que a contrapartida dos capitalistas foi imediata: intensificou-se a automação das linhas de produção, chegando a se verificar em turnos noturnos a presença de apenas um operário para comandar inúmeras máquinas ao mesmo tempo. Outras medidas danosas para os trabalhadores foram adotadas, chegando-se a eliminar a assistência de saúde gratuita para grande parte de trabalhadores não-qualificados.

TO: O movimento sindical alemão tem reagido à altura?

Greif: Os sindicatos nacionais de várias categorias (que funcionam quase como as federações nacionais aqui no Brasil), através de seus representantes, compõem a gigantesca D.G.B. — Deutsche Gewerkschaft Bund — ligada diretamente à social-democracia alemã, que por sua vez é proprietária do 2º maior banco comercial do país, entre outros interesses. Essa é uma das razões pelas quais não tem muitas condições de reagir ao capital e de defender as conquistas dos trabalhadores alemães. Além disso, vigora nesse sindicalismo distorcido uma violenta discriminação contra todas as correntes avançadas, especialmente os comunistas.

POLÔNIA

Nova onda de greves

Uma onda de greves vem sacudindo a Polônia nos últimos dias. Os operários levantam-se contra o brutal arrocho dos salários e a política econômica antipopular imposta pela ditadura do general Jaruzelski (estima-se que apenas neste ano a inflação ultrapassará a casa dos 200%. A dívida externa é de 37 bilhões de dólares).

As reivindicações, em geral, são de cunho econômico e, em alguns casos, o movimento tem obtido alguns resultados. Na região de Wrocław, por exemplo, 3.700 operários da fábrica de motores elétricos Dolmel paralisaram suas atividades exigindo aumento salarial de 15% acrescido de uma gratificação devido ao "custo de vida" e do compromisso de que os grevistas não sofreriam retaliações. A empresa acabou

recuando e atendeu integralmente as reivindicações.

Nas siderúrgicas Lênin, em Nova Huta, 30 mil metalúrgicos pararam pedindo 70% de reajuste salarial e um abono equivalente a CZ\$ 2.700 mensais para todos os trabalhadores e aposentados do país. Em Gdansk a greve foi convocada diretamente pelo Solidarność e atinge cerca de 3 mil dos 12 mil funcionários dos estaleiros e reivindica, além de reajuste, a legalização da entidade sindical. Os líderes do Solidarność têm imprimido às greves que dirigem uma orientação nitidamente reacionária. Bonislaw Geremek, um dos seus principais dirigentes, chegou ao cúmulo de sugerir a Gorbachev a intervenção da União Soviética em seu país para implantar neles a política da "perestroika".



Policial à paisana em Varsóvia reprime manifestantes operários.

Massacre na Colômbia

No mês de abril recrudescceu o massacre de trabalhadores na Colômbia. Uma marcha de 6 mil pessoas acompanhou o fêretro de José Francisco Polo Vilalobos e Humberto Martínez Gualdrón, mortos durante um atentado fascista à sede de um sindicato em San Alberto dia 10 de abril. No dia 11, terroristas utilizando motocicletas dispararam suas armas contra três professores da Universidade de Antioquia, matando o decano da Faculdade de Odontologia, Jorge Morales Cardona. No mesmo dia 11, foram assassinadas 27 pessoas, várias desapareceram e plantações foram incendiadas na cooperativa camponesa "Nova Colômbia", no município de Turbo. Na localidade de Melhor Esquina, Córdoba, foram mortos 36 camponeses. No dia 22 de abril foi assassinado, em Antioquia, Hernando Gutiérrez, líder político oposicionista, por terroristas que invadiram sua casa em Medellín. Somente neste ano já foram assassinados mais de 120 e feridos mais de 50 oposicionistas na Colômbia. Os terroristas fascistas atuam acobertados pelo governo de Virgílio Barco.

General no tribunal

Deverá ser entregue à Argentina, para julgamento, o ex-general Carlos Guillermo Suárez-Mason, segundo decisão de um tribunal de San Francisco, EUA. Suárez-Mason foi comandante do I Exército, com sede em Buenos Aires, durante a ditadura militar. É responsável por mais de 400 crimes de violações dos direitos humanos, mas só poderá ser julgado por 39 assassinatos e uma falsificação de passaporte, devido ao acordo de extradição entre EUA e Argentina. O ex-general foi responsável também por um desfalque na estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales, da qual foi presidente.

Ataque sionista

Tropas do governo terrorista de Israel, com o apoio de tanques e helicópteros de combate, invadiram dia 2 a região libanesa de Arkoub, fronteira com o Estado sionista. Mais de 2 mil soldados tomaram parte da ação. Ao mesmo tempo, o governo fechou o jornal "Al Awda", fundado há seis anos e que defendia um diálogo entre israelenses e palestinos. O semanário foi acusado de ser "instrumento de organizações terroristas" pelo governo que vem assassinando palestinos na Cisjordânia e Faixa de Gaza. E quanto mais se afunda em ações de terror e cerceamento da liberdade, mais o sionismo se isola: o coreógrafo belga Maurice Béjart e sua companhia de balet divulgaram declaração condenando as atrocidades do governo de Israel contra os palestinos nos territórios ocupados. Béjart está para estreitar com sua companhia em Jerusalém. O artista defende o direito da existência de um Estado palestino independente.

2 milhões de famélicos

O governo da Etiópia restringiu drasticamente as operações de ajuda humanitária no Norte do país — onde atuam as Frentes de Libertação da Eritreia e do Tigre —, deixando no mais completo abandono cerca de 2 milhões de pessoas famintas. Por causa desta restrição, centenas de milhões de toneladas de alimentos doados ao país estão empilhados nos portos e talvez nunca cheguem aos necessitados. Sementes também não têm sido distribuídas aos agricultores, o que significa que não poderão plantar, aumentando o problema da fome para o próximo ano. Mais de 7 milhões de etíopes estão morrendo à mingua, num país de 47 milhões de habitantes. O governo da Etiópia, que agora impede que os alimentos cheguem aos famintos, é apoiado econômica e militarmente pela URSS do Mikhail Gorbachev.

Leilão de mulheres

Milhares de jovens estão sendo leiloadas nas ruas de muitas aldeias da China, com o preço do lance inicial fixado no peito. É o que informa o jornal "Harbin Evening News", da província de Heilongjian. "Trata-se do mercado negro de noivas, que floresce em várias partes do país sem que as autoridades adotem qualquer providência", afirma o jornal. Só numa aldeia da província de Sichuan, centro da China, 131 "noivas" foram vendidas em 1985, total que pulou para 323 em 1986. "Dezenas de homens em busca de companhia aglomeram-se diante das mulheres, que vestem apenas roupas íntimas, enquanto os leiloeiros exaltam suas virtudes domésticas". Uma mulher foi vendida a um velho na província de Guangdong: "Ele corria os tendões dos pés dela para que não o abandonasse".

Diógenes Arruda
A EDUCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO COMUNISTA

A MAIS NOVA EDIÇÃO DE DIÓGENES ARRUDA

Lançada na semana passada, mais uma edição do livro "Educação Revolucionária do Comunista", escrito por Diógenes Arruda Câmara. Importante obra de combate às concepções ideológicas pequeno-burguesas, pode ser encomendada pelo reembolso postal à Livraria Vitória, Rua dos Bororós, 51, térreo, tel: 279-3646, e também no atacado, com 30% de desconto, (para pagamento em 30 dias) ou à vista, com 40% de desconto, na Editora Anita Garibaldi, Rua dos Bororós, 51, 3º andar. Tel.: 278-3220. O preço é Cz\$ 250,00.

PCdoB

Congresso representa 100 mil

A partir do próximo dia 11, quarta-feira 425 delegados eleitos em todo o país estarão reunidos no 7º Congresso Nacional do PCdoB, em São Paulo, representando 100 mil filiados a este partido. Desde a convocação do encontro no mês de fevereiro, uma atividade febril se espalhou por todas as organizações comunistas, de alto a baixo, para discutir os temas apresentados pelo Comitê Central e, simultaneamente, para prosseguir junto ao povo, nas duras batalhas da luta de classes.

Como as conferências regionais — cada Estado fez a sua — terminaram no último fim de semana, dia 30 de abril e 1 de maio, a direção do partido ainda não havia divulgado os números oficiais dos delegados. Mas, aproximadamente, sabe-se que 28% são mulheres, 10% são operários e 6% trabalhadores rurais.

Um dado bastante expressivo, que mostra a ligação dos comunistas com os movimentos de massas é que 25% dos delegados escolhidos fazem parte de diretorias de entidades sindicais ou de moradores ou de mulheres e jovens. Outra característica importante é que 25% dos representantes escolhidos têm menos de 30 anos de idade.

Para a realização do Congresso, cada organismo de base se reuniu debatendo os pontos da pauta e enviando delegados para as conferências distritais e municipais. Estas por sua vez escolheram representantes para as conferências regionais onde, por fim, foram eleitos os delegados ao Congresso. Nestas discussões milhares de militantes usaram a palavra, contribuindo com sua experiência, enriquecendo a linha política partidária. Ao lado disto, centenas de militantes escreveram para a Tribuna de Debates — órgão de imprensa distribuído nacionalmente, exclusivamente voltado para a publicação das opiniões dos membros do partido.

Uma particularidade importante do congresso do PCdoB é que os membros do Comitê Central, embora sejam os responsáveis para encaminhar ao encontro os informes de balanço das atividades do partido desde o último Congresso e propor a linha política a ser seguida daqui por diante, não têm direito a voto mas apenas a palavra. Só votam os membros da direção que forem eleitos nas conferências regionais. Dyneas Aguiar, secretário-geral da Direção Nacional e responsável pela organização do evento, esclarece que “no Congresso o pró-

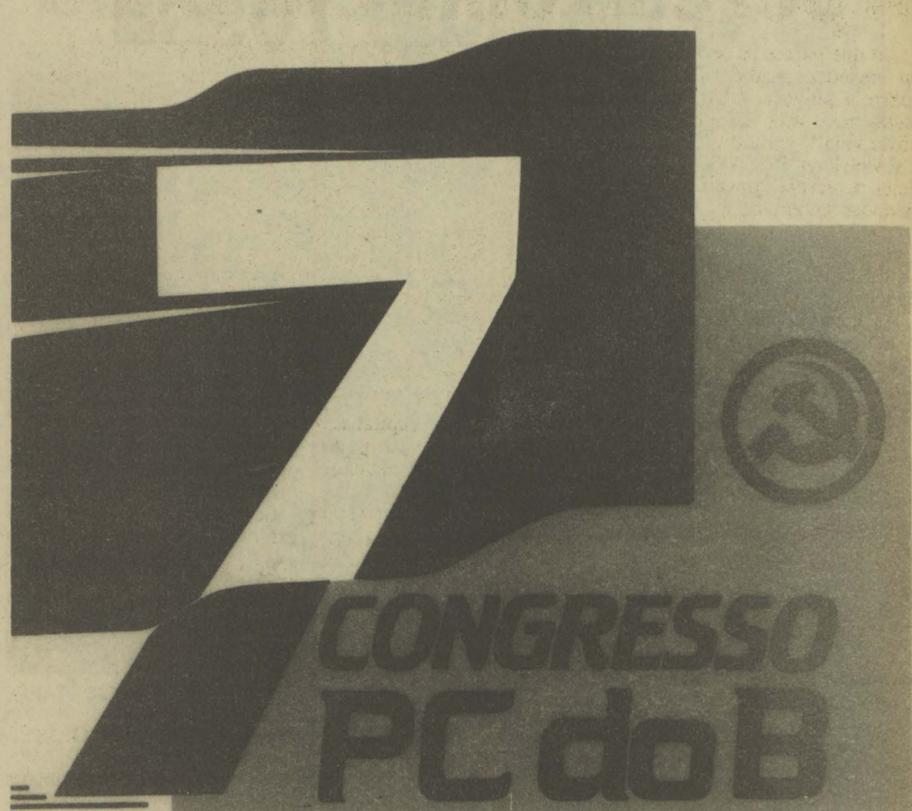
prio Comitê está sendo avaliado pelo coletivo. E portanto mais democrático que seus membros não participem da votação. Esta tem sido uma tradição em nosso partido e tem se revelado uma norma acertada”.

Nos quatro dias de Congresso, de 11 a 14 deste mês, serão discutidos basicamente três pontos: As orientações políticas, os problemas de organização — inclusive preparando as condições para colocar em ação os novos estatutos, quando a Constituinte for aprovada, com nova legislação sobre os partidos políticos — e o Programa do partido. Ao final será escolhido o novo Comitê Central.

Nos debates, além dos três informes centrais, sobre a política, o programa e organização, serão apresentados intervenções especiais sobre as questões de formação, da luta no campo, de agitação e propaganda, da juventude, das mulheres e sindicalismo.

No dia 15, a partir das 14 horas até a noite, o encerramento da reunião, com a presença de delegações estrangeiras e de representantes de correntes democráticas.

Delegações de diversos Estados estarão neste dia em São Paulo. Será uma festa de confraternização e, ao mesmo tempo, um ato político democrático.



São Paulo/1988

PCdoB

Candidatos em duas capitais

Numa grande festa popular realizada no último dia 29, e que lotou as dependências do clube Cruzeiro do Sul, o deputado federal Aldo Arantes foi lançado pelo PCdoB candidato a prefeito de Goiânia. Além de Aldo, foram lançados os nomes de Euler Ivo, Denise Carvalho e Olívia Vieira, como candidatos a vereadores.

Foi vibrante a participação de centenas de lideranças e populares presentes ao acontecimento, que contou também com representantes do PSB e do PH. A imprensa local deu ampla cobertura e o lançamento repercutiu ainda mais porque no mesmo dia o Clube de Reporteres Políticos homenageou Aldo com o título de “Congressista do Ano”, em reconhecimento por uma brilhante atuação na Constituinte.

Em Goiânia, o PCdoB tudo fez e continua fazendo para viabilizar uma coligação de partidos progressistas. O PT tem se colocado abertamente contra este movimento.

Em uma recente “pré-convenção”, descartou qualquer hipótese de coligar-se com o PCdoB ou PCB. “Além do sectarismo e do exclusivismo, esta posição expressa também conteúdo anticomunista, algo incompatível com um partido progressista”, comentou Aldo a respeito da atitude. E emendou: “Temos mantido contatos com vários partidos, mas uma coligação não depende apenas de nós. Estamos com o candidato na rua e podemos ir até o final. Vamos concorrer com ou sem coligação.”

Ainda segundo Aldo, a base para aglutinar e mobilizar o povo em sua campanha será a elaboração democrática de um programa voltado aos interesses da maioria do povo. Ele explica: “Sempre fizemos

campanha em torno de idéias, e aí tem residido nossa grande força, que costuma surpreender”.

A repercussão popular ao lançamento da candidatura tem sido notável. Várias lideranças já procuraram a sede do PCdoB colocando-se à disposição da campanha. Comenta-se que a fragilidade do candidato oficial Nion Albernaz, do “Centrão”, deverá carrear para as candidaturas progressistas uma parte dos votos que apoiaram o PMDB nas últimas eleições. E não é raro ouvir o seguinte comentário do povo: “O governo que se cuide, este Aldo Arantes vai dar trabalho”.

VEREADOR EM FLORIANÓPOLIS

Um grande ato-show no centro a capital catarinense, marcou o lançamento da candidatura de João Guizoni à vereança de Florianópolis, pelo PCdoB. Guizoni, que nas últimas eleições fez cerca de 16 mil votos, é o primeiro candidato a se lançar oficialmente

na capital. Uma aliança envolvendo os partidos progressistas — PCdoB, PSB, PV, PCB, PDT e PT — está em fase de formação. Do lado dos conservadores, já é certa a frente PDS-PFL.

“Diretas em 88”, “Transporte decente”, “democratizar a prefeitura” e “estar a serviço do povo”, são algumas das propostas de Guizoni. As perspectivas de uma vitória do candidato comunista são consideráveis, o que poderá marcar uma nova fase na vida política de Sta. Catarina. Diversos comitês de apoio já estão sendo organizados na capital catarinense.

O ato-show, realizado dia 29 de abril, contou com a presença de representantes de diversas entidades, do PV, PSB, PDT e PCB. Muito aplaudido, o pai do candidato, agricultor Afonso Guizoni, lembrou: “Os comunistas nunca fizeram mal ao povo deste país. E quem teme os comunistas são justamente os verdadeiros inimigos da nossa gente”. (das sucursais)



7º CONGRESSO

Êxito em mais quatro Estados

A conferência Regional de Goiás, realizada nos dias 23 e 24 de abril, foi um retrato do que é hoje o PCdoB nesse Estado: grande, unido e combativo. Participaram 163 delegados, num processo importante de estudo e debate das teses do 7º Congresso do partido. Ao todo, foram realizadas 27 assembléias de base na capital e 35 conferências municipais. Quase 1.400 militantes participaram do conjunto das reuniões, o que resultou na eleição de 40 delegados goianos à plenária nacional do Congresso.

A Conferência avaliou que o crescimento do partido foi vertiginoso no último ano. O número de militantes aumentou 174%. Os debates no terreno da organização apontaram como resolução básica a luta para incorporar nos organismos de base grande quantidade de filiados.

Em relação à política estadual, decidiu-se por um posicionamento de oposição decidida do partido frente ao governo Henrique Santillo. O governador despenha hoje o papel de “embaixador” de Sarney e dos 5 anos de mandato. Além disso, arrocha os salários do funcionalismo público, convive harmonicamente com o latifúndio.

Mais de 40 delegados usaram a palavra para opinar sobre as teses do 7º Congresso. O fortalecimento da imprensa partidária e o posicionamento sobre o movimento sindical foram os temas mais debatidos. Foram aprovadas também propostas visando precisar melhor certos pontos do programa do partido.

Ao final elegeu-se, em clima de unidade e sob os critérios da democracia proletária, um novo Comitê Regional, com 38 membros.

No Ceará, definição em favor de frentes progressistas

O PCdoB realizou entre 29 de abril e 1º de maio, no Ceará, sua sétima Conferência Regional. Mostrando muita garra, o partido reuniu cerca de 150 militantes, delegados de 32 municípios e de seis distritais da capital, além de convidadas.

Aberta dia 29, com a presença de outros partidos que integram a Frente Progressista de Fortaleza (PT, PDT, PSB e Movimento pró-mudanças), a conferência teve um caráter amplo. Durante dois dias de debates, em quatro grupos, os participantes debateram exaustivamente a atuação do

PCdoB nos últimos cinco anos.

Analisaram a participação na antiga frente, o PMDB, e concluíram que foi correto o apoio a Tasso Jereissati nas últimas eleições para governador. Contudo, após o governo do partido passou a se caracterizar pela centralização, por desconhecer as promessas eleitorais, por tentar corromper o movimento popular e por reprimir as manifestações do povo. Diante disso, o PCdoB decidiu fazer firme oposição a Tasso.

Em relação à administração de Maria Luiza, os delegados reafirmaram o posicionamento oposicionista. Mais importante ainda, concluíram que dirigir Fortaleza, a quinta maior capital do país, é tarefa que no atual momento só pode ser cumprida com a união dos setores democráticos. Por isso, confirmaram a decisão de trabalhar pela concretização da Frente Progressista.

Os documentos básicos apresentados ao 7º Congresso pelo Comitê Central foram intensamente discutidos, com destaque para a questão sindical. A conferência concluiu, por unanimidade, que a posição, confirmaram a decisão de trabalhar pela concretização da Frente Progressista.

No dia 1º foi eleito o novo Diretório Regional, com mudança qualitativa. Três operários, dois camponeses, médicos, advogados e favelados compõem uma equipe de dirigentes saídos dos embates contra a burguesia. Ao fim foi eleita a bancada de 32 delegados que o Ceará enviará à plenária nacional do Congresso.

“Um partido com cheiro de terra e de pólvora”

“A gente sente que aqui no Pará, o Partido tem cheiro de terra e de pólvora.” Com estas palavras, o dirigente nacional do PCdoB, João Batista Lemos abriu, no dia 29 de abril, a Conferência Regional do partido no Pará, que se prolongou até 1º de maio, com a participação de 98 delegados e de vários observadores. A conferência foi um marco importante no fortalecimento do partido do estado.

Além de Batista, mais líderes comunistas, simpatizantes do PCdoB e representantes de forças democráticas participaram da abertura. Entre eles, Dona Cordelina Fonteles, presidente da Fundação Paulo Fonteles, e representantes da OAB, do Conselho Federal

das Assistentes Sociais e dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Rio Maria, da construção civil do Pará e do Amapá. Bastante emocionado, Neuton Miranda, presidente regional do partido, dirigiu o ato.

Dona Cordelina, mãe de Paulo Fonteles, destacou a importância da organização dos trabalhadores para conquistar melhores dias para o país. Lembrou que até o presente momento, o bárbaro assassinato de seu filho e o de outros comunistas e líderes populares, não foram esclarecidos. “Só mudando este sistema para a situação mudar”, afirmou ela.

Neuton Miranda ressaltou o salto de qualidade que o partido alcançou no processo de preparação da conferência. Explicou que o objetivo principal, no momento, será consolidar os muitos organismos de base recém-criados. E foi intensamente aplaudido quando propôs que a conferência fosse denominada Paulo Fonteles e João Canuto, em homenagem aos que tombaram na defesa intransigente do socialismo.

Implantação em grandes fábricas, prioridade no Espírito Santo.

Com 60 delegados, representando o conjunto do PCdoB, os comunistas capixabas fizeram, entre 29 de abril e 1º de maio, em Vitória, uma das maiores conferências da história do partido no Espírito Santo — seguramente a maior dos últimos anos. A conferência foi aberta com a presença da dirigente nacional do partido, Elza Monerat.

Delegados de 12 municípios estavam presentes. A conferência foi presidida por Iran Caetano, que no informe político destacou o crescimento do PCdoB Capixaba. Iran fez referência aos cinco mil novos filiados e ao papel decisivo que o deputado comunista João Martins vem desempenhando na Assembléia Legislativa.

Depois de intensos debates, ficou claro que o PCdoB acumulou no Espírito Santo forças para um grande salto na organização e na elevação do nível político de seus integrantes. A juventude era maioria na conferência, e foi destacada a necessidade de implantar profundamente o partido nas maiores fábricas do estado, como a CST, a Vale do Rio Doce, a Aracruz Celulose e a Samarco. (das sucursais)



João Guizoni, lançado em Florianópolis, Aldo Arantes em Goiânia. Nas duas cidades, o PCdoB continua lutando por frentes progressistas, mas garante, concorre com ou sem coligações.

REFORMA AGRÁRIA

O latifúndio rosna

A intransigência e o radicalismo dos latifundiários da UDR e seus capangas do "Centrão" levaram a reforma agrária para o "buraco negro" da Constituinte. Foram quase 15 dias de intensas negociações entre os líderes de todos os partidos, buscando um texto constitucional sobre a reforma agrária que atendessem ao objetivo primordial de criar condições para uma efetiva viabilização da reforma agrária, e, ao mesmo tempo, atender a algumas exigências dos latifundiários.

Em diversas oportunidades o acordo esteve praticamente fechado. Foi inviabilizado, no entanto, pela intransigência do dirigente máximo dos latifundiários, o cowboy alfomado Ronaldo Caiado. Diante do impasse, foram realizadas três votações em dois dias consecutivos, resultando no maior e mais polêmico "buraco negro" da Constituinte.

SEM QUÓRUM

Na primeira votação da emenda substitutiva do "Centrão", com as galerias cheias de latifundiários, ninguém conseguiu o quórum qualificado de 280 votos para aprovar ou rejeitar o texto. A proposta dos reacionários obteve 248 votos a favor, 242 contra e 27 abstenções. Encaminharam a favor dos latifundiários os constituintes Luiz Roberto Ponte e Jarbas Passarinho. Encaminharam contra os constituintes José Richa e Mário Covas.

Com isso, a sessão foi suspensa por 24 horas para que a votação da emenda do "Centrão" fosse repetida, como manda o Regimento Interno. Nesse intervalo as negociações prosseguiram. Mais uma vez não se consumaram devido à intransigência dos latifundiários.

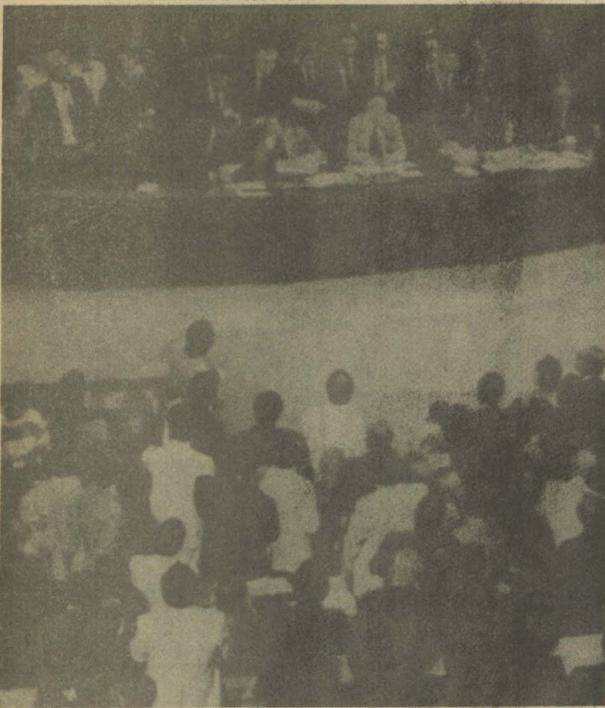


Os latifundiários com Caiado (dedo em riste) na galeria

rios. Na nova votação a emenda obteve 237 votos a favor, 225 contra e 37 abstenções. Passou-se, então, à votação do texto da Comissão de Sistematização.

Nessa votação, o texto da comissão foi rejeitado. Obteve 365 votos contra, 129 a favor e 27 abstenções. Votaram a favor o PC do B, PT, PDT, PSB, PCB e alguns parlamentares do PMDB. Votaram contra o PMDB, inclusive o senador Mário Covas, o PFL, o PDS, o PTB, o PL e o PDC. Rejeitados os dois textos, criou-se o "buraco negro".

Com isso, o relator Bernardo Cabral ficou de preparar um novo texto, que deve ser submetido ao plenário na terça-feira, às 14h30m. Além do relator, 280 constituintes também têm o direito de apresentar um novo texto para o capítulo da reforma agrária.



Ulisses Guimarães anuncia o "buraco negro" na Constituinte

NOVO TEXTO

O impasse nas negociações aconteceu por uma única razão. Os latifundiários da UDR e seus aliados do "Centrão" não admitem em hipótese alguma qualquer possibilidade de que as terras produtivas, mesmo que não cumpram sua função social, sejam desapropriadas.

Os setores progressistas defendem uma posição intermediária. Para eles as terras produtivas devem ter um tratamento diferenciado. No entanto devem estar igualmente subordinadas à exigência de cumprir uma função social. Se isso não ocorrer podem ser passíveis de desapropriação. As diversas formulações propostas para solucionar o impasse esbarraram na intransigência de Ronaldo Caiado e seus seguidores.

O líder do PMDB, senador Mário Covas, teve um papel importante nesse processo. Comandou com vigor as negociações do setor progressista e defendeu as propostas avançadas. No entanto, após a segunda votação do texto básico do "Centrão", Covas, inesperadamente, adotou uma postura mais conciliadora.

Talvez querendo sinalizar para a direita, com maiores concessões, o líder do PMDB encaminhou o voto contrário ao texto da Sistematização. Uma atitude que demonstra as constantes oscilações no comportamento político de Covas, principalmente sua insistência em não passar uma imagem de radical ou de "exageradamente progressista". Nada justifica o voto contrário de Covas à proposta da Sistematização. Com a derrota dessa formulação para a reforma agrária, vai-se buscar o acordo com o "Centrão" numa posição de inferioridade de forças.

(Moacyr Oliveira Filho)

Impasse na Constituinte

O "buraco negro" ocorre na Constituinte quando surge um impasse na votação de alguma emenda. Segundo o regimento interno, as emendas precisam de 280 votos — a maioria absoluta dos constituintes — para serem aprovadas ou rejeitadas. Quando nenhuma pro-

posta que se encontra em votação alcança esse quórum para aprovação, ou quando todas são rejeitadas, se dá o "buraco negro".

Com isso, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte são suspensos por 48 horas. Nesse período, o

relator Bernardo Cabral (PMD-AM) deve realizar consultas com as lideranças partidárias e buscar redigir um texto alternativo, possível de ser aprovado. Se nenhum texto for aprovado, o assunto deixa de constar na Constituição e passa a ser regulado por leis ordinárias.

presidente para o risco de "manifestações de ruas anárquicas". O parlamentar revisionista quer também a elaboração de um "programa de salvação nacional", mantendo Sarney na chefia do governo.

Embora prestativo com o governo federal e temeroso das manifestações de massas, em São Paulo o PCB enfrenta questões diferentes.

Não quer se ver tão ligado à administração de Jânio Quadros. O único vereador do

PCB na capital, Luiz Tenório de Lima, vinha há tempos votando nas propostas mais reacionárias de Jânio na Câmara. Foi admoestado pelo partido. Agora o vereador resolveu deixar as fileiras do PCB. Diz que poderá filiar-se ao PTB. Mas não pensem os incautos que o PCB sentiu-se aliviado com a decisão. Pelo contrário, o presidente do Diretório Regional do PCB-SP lamentou a saída de Tenório, porque "ele já foi dirigente nacional e tem uma história no partido"...

Ensinamentos da votação

O resultado da primeira votação da emenda substitutiva do Centrão relativa à Reforma Agrária — que obteve 248 votos — revela alguns importantes ensinamentos. Principalmente se for comparado com o resultado obtido na votação da emenda substitutiva do Centrão referente aos princípios gerais da economia — que obteve apenas 210 votos, 38 a menos que os conseguidos na questão agrária.

Em primeiro lugar esses números são uma demonstração inequívoca de que as classes dominantes tiveram comportamento diferenciado nos dois pontos mais importantes da definição da Ordem Econômica — a questão nacional e a questão agrária. Na primeira, relativa ao conceito de empresa nacional e da limitação do direito de exploração mineral a brasileiros e a empresas nacionais, as classes dominantes apresentaram-se divididas.

De um lado ficou o setor da burguesia ligado ao imperialismo, às multinacionais e ao grande capital financeiro internacional. Setor esse, deslavadamente entreguista, que tem como principais líderes no Congresso Nacional os ex-ministros da ditadura militar, Delfim Neto e Roberto Campos. De outro, alguns setores da burguesia e até mesmo uma parcela reduzida das Forças Armadas, influenciados por idéias nacionalistas.

DIVISÃO VANTAJOSA

Essa divisão permitiu que as propostas abertamente

FMI

Forte oposição ao arrocho

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega ao Brasil na próxima quarta-feira com a finalidade de discutir um programa econômico que vem sendo elaborado pelo Ministério da Fazenda. O governo Sarney está disposto a fazer as vontades da instituição, mas tem esbarrado em sérias resistências.

Entre outras coisas, o Fundo passou a exigir novas mudanças na política salarial, a começar pela eliminação da URP também para os trabalhadores empregados pela iniciativa privada. Apesar das declarações de Sarney de que isto ocorrerá, na verdade a equipe econômica do governo há tempos vem trabalhando novas formas de arrocho.

FORTE OPOSIÇÃO

O problema, contudo, é a forte oposição que o governo vem sofrendo. Os trabalhadores já deram claros sinais de que não estão dispostos a continuar pagando os custos dos chamados "ajustes internos" ditados pelo FMI.

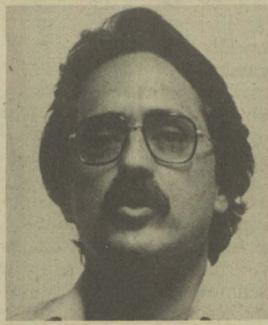
A greve nacional dos trabalhadores no setor público federal (leia a respeito na página 6) não deixa margem a dúvidas. Do ponto de vista da mobilização obteve pleno sucesso, surpreendendo inclusive as lideranças nacionais do movimento. Participaram 80% dos servidores, o equivalente a cerca de 1 milhão e 200 mil pessoas.

Ao lado disto, a Justiça vem concedendo liminares a trabalhadores públicos (inclusive de estatais), garantindo o pagamento da URP. Ou seja, até mesmo a duvidosa legalidade do decreto que determinou o congelamento dos reajustes salariais sofre contestação, com a concordância de um dos três poderes da República.

GANHOS NA JUSTIÇA

Até o último dia 5 a Justiça já havia concedido 13 liminares suspendendo provisoriamente a aplicação do decreto que instituiu o congelamento da URP. Os beneficiários são 20 mil trabalhadores da Eronape, Docenave, Eloyds e Portobrás no Rio de Janeiro; 10 mil do Banco do Brasil (RJ); 5 mil de Furnas (RJ); 2 mil da Eletrobrás (RJ); 1.500

OPINIÃO PARLAMENTAR

Aldo Arantes
Constituinte do
PCdoB-GO

entreguistas fossem derrotadas, provocando uma séria ruptura na unidade interna da direita e do Centrão. Além da forte pressão popular, essa cisão teve como mote o sentimento desses setores em defesa de seus interesses específicos. A essa parcela da burguesia, por exemplo, interessava nacionalizar a exploração mineral, na medida em que, com isso, garantia mais uma fatia da atividade econômica nas suas mãos. Afora isso, setores ligados aos empreiteiros, aos ramos da informática e à química fina, igualmente ficaram ao lado das correntes progressistas na defesa de conceitos mais claros de empresa nacional, como forma de preservar seus interesses.

Já na questão agrária essa divisão teve menos intensidade. Em primeiro lugar

porque aí os interesses de classe são bem mais definidos. Todos os representantes das classes dominantes defendem o latifúndio. Além disso, há um número maior de constituintes diretamente ligados aos latifundiários, sejam os próprios proprietários de terras, sejam seus representantes diretos, do que parlamentares que defendem a soberania nacional. Um outro fator também precisa ser destacado. O lobby dos latifundiários comandado especialmente pelo presidente da fascista UDR, foi um dos maiores, mais organizados e mais agressivos na Constituinte.

A UDR se preparou para a batalha da Constituinte antes mesmo das eleições de novembro de 86, promovendo leilões de gado e organizando "caixinhas" para financiar campanhas de candidatos comprometidos com a manutenção do latifúndio. Assim, conseguiu eleger um número relativamente elevado de constituintes. Como se isso não bastasse, a sua atuação lobista na Constituinte foi poderosa, talvez perdendo em termos de organização e poder de fogo apenas para o lobby reacionário dos militares.

Basta lembrar que o próprio Ronaldo Caiado, presidente da UDR, acompanhou de perto todas as negociações, cercado de assessores e seguranças. Ele sempre deu a última palavra a respeito do comportamento a ser adotado pelos constituintes do Centrão. Foi Caiado que impediu a concretização de qualquer acordo.

as normas do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (CISE) não podem contrariar a Constituição e, ainda, que a Embraer, por ser uma empresa rentável, não contribuiu em nada para o déficit público, pelo contrário. "Enquanto a empresa cresce, o trabalhador empobrece", observou um dos juizes.

A posição do judiciário, até o momento, é em parte explicada pelo congelamento da URP. De qualquer forma, é um indicador gritante do isolamento a que está relegado o governo do senhor José Sarney.

Se a reação à suspensão por dois meses da aplicação da URP sobre os salários do setor público federal é já tão grande, imagine-se o que ocorrerá caso se ceda à imposição do Fundo Monetário Internacional e elimine a URP inclusive para os assalariados da iniciativa privada. Não há dúvidas de que o governo vai tentar alguma coisa neste sentido, mas é provável que só consiga acirrar ainda mais a luta dos trabalhadores contra o insuportável arrocho.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Mailson quer ceder ao Fundo, mas os obstáculos não são poucos.

PCB

Com medo do naufrágio

"Se o governo naufragar, todos nós naufragaremos." Não, a frase não é do ministro Antônio Carlos Magalhães, visivelmente atolado nas irregularidades e desmandos do governo Sarney. A frase acima foi proferida pelo deputado Fernando Santana, baiano como Magalhães, mas integrante do PCB — o Partido Comunista Brasileiro.

O deputado visitou o presidente Sarney no último dia 5 para trocar opiniões sobre a situação nacional. Alertou o

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um reforço na contra-revolução

Volta à cena, com destaque, o proletariado polonês. E, com ele, a figura de Lech Walessa. Por um lado o movimento grevista coloca a nu as consequências inevitáveis da restauração do capitalismo. Mas, por outro, revela a tragédia de uma classe com enorme combatividade que, sem tomar consciência da traição ao socialismo e, portanto, sem condições de tomar o caminho revolucionário, se vê ludibriada pela contra-revolução.

RETOMADA BURGUESA

Durante certo período após a tomada do poder pelo proletariado, é perfeitamente compreensível que os restos da classe dominante, derrotada mas ainda com muita força e certa influência em parcelas atrasadas do povo, se lance desesperadamente em ações abertas, e violentas, para retomar o poder. Mas com o tempo, e com os primeiros resultados do novo regime, a classe operária obtém um controle político firme. E, gradativamente, retira as bases da contra-revolução.

A partir de certo ponto, embora subsista a luta de classes, a burguesia é obrigada a procurar a liquidação da revolução particularmente através de uma linguagem pseudo-marxista. A contra-revolução se veste de revisionismo e procura solapar o próprio partido do proletariado — sem descartar entretanto golpes de força se surgirem oportunidades. Foi o que ocorreu na União Soviética, e na Polônia, onde o socialismo foi corrompido “de cima para baixo”, a partir da degeneração da direção do partido e, conseqüentemente, do poder.

MÉTODOS ABERTOS

Mas, com a restauração do sistema capitalista, as diferenças sociais se ampliam. E, como conseqüência, os conflitos de classe ganham novo impulso. Na Polônia, há tempos que as manifestações disto são flagrantes. Gomulka (que foi transferido da prisão para a direção do partido e do governo, em 1957, por interferência de Nikita Kruschev) foi derubado em 1970 pelo movimento grevista. E Gierek, que o substituiu, teve o mesmo destino em 1980. E agora o general Jaruzelski (até os óculos são parecidos com os de seus coleguinhos latino-americanos) se vê nos mesmos apuros.

Entretanto, o descontentamento operário, que é justo, não teve condições de sair do nível meramente reivindicatório. E, por isto, é manobrado pelo chamado *Solidarnosc*. Trata-se, no fundo, de uma contra-revolução dentro da contra-revolução revisionista.

Se os revisionistas, até o momento, trataram de restaurar o capitalismo de modo “matreiro”, preservando antigas formas herdadas do socialismo, o *Solidarnosc* trata de acelerar o ritmo da contra-revolução, defendendo transformações burguesas abertas, descaradas. Utiliza os justos anseios de liberdade e justiça social para dirigir os poloneses contra o socialismo e contra o marxismo-leninismo.

DIALÉTICA REACIONÁRIA

Assim, Lech Walessa prega a libertação das garras de Moscou... em favor do atrelamento a Washington. Utiliza a oposição dos trabalhadores ao partido (que deixou de ser operário e revolucionário) para defender o pluralismo burguês. Aproveita-se do ódio ao centralismo (que deixou de ser democrático para tornar-se burocrático e ditatorial) para colocar em pauta a descentralização burguesa. Brada contra o planejamento autoritário de Jaruzelski, em favor da autogestão anarquista e burguesa. Chama de socialismo o sistema capitalista implantado pelos revisionistas, para conduzir os trabalhadores à negação da revolução. Enquanto não surgir, no seio dos operários, um novo partido, eles continuarão sendo manipulados. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

No ar...anúncios

A indústria européia vai ajudar a URSS a “melhorar a qualidade de vida de seu povo, permitindo que ele tenha acesso aos produtos e tecnologia do Ocidente”. Isto foi o que declarou, com um sorriso de orelha a orelha, o empresário Silvio Berlusconi — magnata da televisão italiana — ao assinar um acordo de três anos para fazer, com exclusividade, publicidade na TV soviética.

Este é o novo “avanço” da modernização impulsionada por Mikhail Gorbachev através da *perestroika*. Os anúncios comerciais serão, nesta fase, apenas dos produtos importados da Europa. Mas com um pouco de sorte certamente que os felizardos trabalhadores soviéticos poderão admirar uma publicidade ampla geral e irrestrita. Quem sabe até com direito a um plim-plim da “Venus Platinada”. Há de se convir que estas delícias do capitalismo não podem ser negadas a ninguém. A coisa é tão fascinante que uma das exigências de Lech Walessa, na Polônia, é que o governo deste país adote logo as reformas indicadas na *perestroika*. Afinal se a metrópole pode, porque os súditos se privarão da novidade?

O único inconveniente da “ajuda” é que junto com ela voltam as greves, os protestos e outras coisas desagradáveis da luta de classes.

A luta pela reforma agrária

Em discussão no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, a reforma agrária é uma aspiração centenária no Brasil. Desde os tempos idos da abolição da escravatura, se levanta a necessidade de alterar a estrutura fundiária brasileira. A Lei de Terras, implantada em 1850 e vigente até hoje, estimulou a política de concentração da propriedade no campo

O debate da questão agrária brasileira e sobre a necessidade de uma reforma agrária também é muito antigo. Setores burgueses defendiam mudanças na estrutura agrária por entender que isto contribuiria para facilitar a industrialização e aumentar a capacidade de consumo dos produtos industrializados. Os latifundiários, entretanto, sempre resistiram à idéia de aplicar qualquer modelo de reforma agrária.

O único dentre os partidos políticos existentes no país a questionar fundo a estrutura agrária e propor uma solução radical é o Partido Comunista do Brasil. Desde seu 3º Congresso, em 1928, introduziu oficialmente em seu programa a necessidade de realizar uma transformação na estrutura agrária que eliminasse o latifúndio e a concentração das terras em poucas mãos.

Na década de 50, a questão do campo aparece com força. A idéia da reforma agrária reaparece porque havia o temor de que não crescesse a produção de alimentos e matérias-primas necessária para a indústria. De outro lado suspeitava-se que os homens do campo não tivessem renda suficiente para se transformarem num mercado consumidor da indústria. De uma forma ou de outra, a reforma agrária visava alterar o sistema de posse e uso da terra no Brasil.

A verdade é que até hoje esta reforma agrária tão almejada pelos camponeses e mesmo pelos assalariados rurais não foi feita. Foi anunciada por vários governos. João Goulart, por exemplo, caiu em 1964; derrubado por um golpe de Estado financiado, concebido e dirigido pelo imperialismo norte-americano e executado pelos generais reacionários. Uma das justificativas era de que seu governo pretendia eliminar a propriedade privada sobre a terra, repartindo os latifúndios entre os camponeses sem terra ou com pouca terra.

O regime militar forjou o Estatuto da terra que nem foi aplicado

O regime militar também falou em reforma agrária e concebeu o “Estatuto da Terra” ainda hoje em vigor, sem contudo ser aplicado. Diversos generais que passaram pela Presidência da República durante 21 anos de ditadura não se atreveram a mexer um milímetro na estrutura fundiária, apesar de todos eles falarem em reforma agrária. Não passava de bazótilas para neutralizar a força crescente do movimento camponês brasileiro.

O que acontece no Brasil é uma crescente e contínua concentração de terras em mãos dos latifundiários, aumentando a miséria entre as massas rurais. A penetração do capitalismo no campo vem mantendo a concentração de terras e usufruindo em muitos lugares de relações de produção arcaicas onde se inclui até o trabalho escravo.

A cada dia que passa mais se agrava a questão agrária, surgem novos conflitos e mais do que nunca está viva nas aspirações do camponês brasileiro e a realização da reforma agrária antilatifundiária conforme atestam as anais do 4º Congresso da CONTAG realizado em 1985.

A reforma agrária hoje é uma questão eminentemente política, que objetiva, como afirma o programa do PC do B, democratizar a posse e uso da terra e liberar as forças produtivas do campo. Trata-se de resolver um grave problema estrutural que mantém o país mergulhado no atoleiro da crise gerada pelo capitalismo que já não tem grandes saídas. No Brasil a reforma agrária está intimamente ligada a um projeto mais amplo, radical e revolucionário: acelerar o processo de transformação da sociedade brasileira. Esta é uma luta longa e dura, que exige a construção de uma sólida aliança entre a classe operária e os camponeses brasileiros.



O Partido Comunista do Brasil dá sua contribuição na batalha pela Reforma Agrária

Com o advento da Nova República, procurando enfrentar a crise econômica em que o país se debate o próprio presidente Sarney anunciou aos camponeses brasileiros no 4º Congresso da CONTAG, a implantação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Passados três anos, dois ministros ocuparam a pasta da reforma agrária e caíram por terra, (Nelson Ribeiro e Dante de Oliveira) destino que teve também o Dr. José Gomes, enquanto a reforma agrária não saiu do papel até hoje.

A Nova república fez o PNRA que não alterou a situação

As 1.400 mil famílias que deveriam ser assentadas até o final de 1989, foram reduzidas para 900 mil e até o final deste ano sofrerão nova redução para 16.864. Isto como conseqüência da política de capturação permanente do Governo Sarney frente aos militares que tutelam seu governo e intimidado com as pressões dos latifundiários que fundaram e organizaram uma associação terrorista denominada UDR-União Democrática Ruralista. Portanto, o plano de reforma agrária de José Sarney e seu novo ministro Jader Barbalho ex-governador do Pará, não alcançará 10% da meta inicialmente ajustada.

Por último, cedendo ainda mais aos latifundiários reacionários, o governo acabou com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão subordinado ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, encarregado de executar o Plano Nacional de Reforma Agrária. Assim o Presidente Sarney sepultou o sonho de reforma agrária dos setores progressistas, levou à falência o seu próprio plano e agravou a situação de conflito ininterrupto em que vive o campo brasileiro onde mais de 12 milhões de famílias não têm nenhum pedaço de terra e 2.000 pecuaristas possuem 96 milhões de cabeças de gado e 56% das terras são ocupadas por pastagens nativas e plantadas.

O 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, de caráter burguês-latifundiário apesar de todos os esforços do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e demais setores democráticos e progressistas, acabou moribundo após o “1º ajuste” pois transitou pelo SNI, Casa Civil da Presidência da República ficando meses na mesa de Marco Maciel e ainda foi levado ao escritório do advogado paulista de latifundiários Fábio Luckesi para que sofresse os “acertos” necessários, sendo “adequado à realidade”.

A CONTAG, em nome dos 2600 Sindicatos e 21 Federações de Trabalhadores Rurais protocolou no Palácio do Planalto um documento em que afirma: “...As forças reacionárias contra a reforma agrária ao conseguirem adiar a solução do problema fundiário do país continuam, acobertadas pela impunidade, a afrontar a nação, mantendo milhões de hectares inexplorados, utilizando-os como reserva de valor para fins especulativos e utilizando milícias para massacrar trabalhadores e suas lideranças”.

O crescimento da violência do latifúndio nem de longe é detido ou reduzido. A impunidade, a omissão de governadores e ministros, além da participação de policiais civis e militares nos esquemas de “segurança” dos latifúndios tem permitido o aumento da violência a ponto de parecer estarmos vivendo uma guerra, já que o número de mortes é bastante alto: em 1985 foram assassinados 261 pessoas, em 1986: 298 e em 1987:

QUADRO FUNDIÁRIO

Classe de imóveis rurais (Ha)	número de imóveis	%	área %
abaixo de 100		83,0%	14,4%
entre 100 e 10 mil	3.705.261		
acima de 10 mil	723.403	16,3%	61,6%
INCRA-1985	4.550	0,1%	24,0%

228 isto sem citar os massacres de índios, as destruições de lavouras, ranchos, a perseguição e assassinatos de garimpeiros, as tentativas de se jogar posseiros contra índios e vice-versa.

A violência no campo cresce com a impunidade da política e do Governo

Tudo isto para manter a concentração de terras em algumas poucas mãos, como comprova o IBGE-1980 que menos de 1% das propriedades rurais detêm 45,10% das áreas, as propriedades com mais de 10 mil hectares representam 0,1% do total dos imóveis, alcançando 24% de toda área. Do outro lado, 83% das propriedades com menos de 100 hectares somam 14,4% da área, ou seja 0,1% das propriedades rurais possuem muito mais terra que 83% do total dos estabelecimentos (veja quadro acima).

Podemos ainda comprovar com base nos dados divulgados pelo INCRA que 86.397 das maiores propriedades rurais, com áreas superior a mil hectares, detêm 344 milhões de hectares.

A UDR surge com a meta de barrar o PNRA através do terror

A UDR surgiu em maio de 1985 no estado de Goiás, fundada pelo médico-pecuarista, Ronaldo Caiado, com o objetivo de impedir a implantação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária. Apesar de ser um plano burguês-latifundiário, que não se dispõe a alterar nem de leve a estrutura fundiária brasileira e que aos poucos iria se convertendo em grande negócio, pois passaria a capitalizar latifundiários descapitalizados através das indenizações por “preço justo” e de acordo com o valor comercial no momento da desapropriação.

Mesmo assim os latifundiários se mobilizaram, organizaram e voçiferaram ameaças ao governo e aos caponenses. Dois anos depois, Salvador Farina presidente da UDR de Goiânia confessava que com o leilão de gado feito em Goiás haviam comprado 1.636 armas. Com o feito, depois em Presidente Prudente São Paulo compraram mais 2.430 e a partir daí proliferaram as regionais da sinistra organização terrorista, a UDR.

De maio de 1985 até hoje temos assistido ao crescimento da UDR que diz ter organizado em plano nacional 214 Regionais em 21 Estados somando 250 mil membros, tendo uma ação política partidária que ultrapassou a questão da reforma agrária e procurou eleger uma bancada na Assembleia Nacional Constituinte, que segundo a avaliação é de 60 deputados mas com influência orgânica em 1/4 do Congresso Nacional já que este é o número de parlamentares vinculados ao latifúndio e a interesses agropecuários. Verdade ou não, o fato é que UDR age como um grande e influente partido político fascista e anuncia que vai participar das próximas eleições municipais procurando eleger o maior número de prefeitos e vereadores no interior do país.

Com o pretexto esfarrapado de defender a propriedade privada rural, a UDR enraizada no poder desde o governo Federal até prefeitos Municipais e transitando desenvolvendo nos corredores

do aparelho policial dos Estados e União, vai espalhando o terror, destruindo plantações, acobertando grilagens e patrocinando assassinatos, hoje seletivos, de lideranças camponesas, ativistas e dirigentes sindicais, membros progressistas da Igreja que vivem e trabalham no campo sem falar nos militantes e dirigentes do PC do B como João Canuto, Raimundo Nonato, Paulo Fontelles entre outros.

Nas manifestações até hoje organizadas pela UDR chamou atenção a presença de meeiros, arrendatários, pequenos e médios proprietários e até camponeses, servindo como massa de manobra e reserva da UDR em troca de dinheiro, passeio, alimentação, mas acima de tudo devido a postura demagógica da UDR em criticar a política agrícola do Governo, fazer a defesa dos endividados e colocar à disposição das vítimas rurais do Plano Cruzado I recursos jurídicos e políticos para impedir de serem arrastados para a falência e a miséria. É preciso, portanto, dar especial atenção também aos pequenos, e médios proprietários para que eles não sejam devorados pelos grandes latifundiários e convertidos literalmente em inimigos da revolução.

A questão agrária tem sido das mais importantes na Assembleia Nacional Constituinte, movimentando não só a ANC como os latifundiários e Trabalhadores. As empresas e grupos estrangeiros usando benefícios da política fiscal dos governos, investem em vastas áreas de terra. O latifúndio esmagando e engolindo os minifundistas. A emigração para as grandes e médias cidades aumentando em função dos conflitos e da falta de condições para o homem se fixar ao campo.

O atual sistema de propriedade rural precisa ser modificado. Por motivos econômicos e políticos. Se transformou em suporte da reação nacional e internacional, criando oligarquias que se associam a bancos e grupos financeiros e industriais internacionais. Sem liquidar o latifúndio realizando uma reforma agrária antilatifundiária não se alcançará a democracia aspirada pelas massas nem o progresso com independência nacional.

O PC do B — Partido Comunista do Brasil — sistematizou um conjunto de propostas que sua bancada tem defendido com bravura e firmeza, propondo a extinção da grande propriedade latifundiária, a criação de reserva de terras para fins de reforma agrária através da desapropriação e confisco das terras que constituem latifúndios ou estão em poder do capital estrangeiro além das terras públicas.

Manda ainda a proposta do PC do B que a terra seja entregue gratuitamente aos camponeses pobres, defendendo também a criação da exploração coletiva da terra e a organização de cooperativas para administrarem os grandes projetos agropastoris desapropriados, além de investimento de dinheiro público em obras fundamentais para os camponeses como a construção de casas, escolas, estradas, eletrificação, armazenamento hospitalares, postos de saúde, crédito e assistência técnica.

(Arthur de Paula)

GREVE PELA URP

Funcionalismo demonstra sua força

A paralisação de protesto de 48 horas dos funcionários do setor público federal e das empresas estatais, nos dias 3 e 4 de maio, superou as expectativas mais otimistas. O Comando Nacional de Greve avalia que o movimento foi "plenamente vitorioso" e teve a adesão de cerca de 80% dos 1 milhão e 576 mil trabalhadores do setor. Desta forma, os servidores da administração direta e indireta demonstraram seu descontentamento com a suspensão da URP por dois meses — que, segundo estudos, representará perdas de 42% nos salários, ao final de 12 meses.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A mobilização contra o arrocho salarial do governo Sarney, atingiu várias categorias e teve abrangências nacional. Pararam petroleiros, portuários, previdenciários, ferroviários, bancários, docentes de universidades, entre outros setores. A maior adesão ao movimento ocorreu no Rio de Janeiro, com cerca de 500 mil grevistas. Durante os dois dias a mobilização se manteve está-

vel, com os mesmos índices de paralisação. E em diversos Estados, os trabalhadores promoveram passeatas e comícios, dando um caráter mais combativo ao movimento paradedista.

Em São Paulo, o movimento obteve maior sucesso entre os 13 mil portuários de Santos. A assembléia que aprovou a participação na mobilização nacional, realizada em frente a sede da Portobrás, contou com cerca de 10 mil trabalhadores. Os seis sindicatos que compõem a Unidade Portuária, encaparam a greve, que teve adesão total nos dois dias. Segundo Benedito Furtado, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Portuária e integrante do Comando Nacional de Greve, "a paralisação até nos surpreendeu pelo alto índice de adesão e pela combatividade".

Já na Refinaria de Petróleo de Cubatão, na baixada santista, a direção da empresa obrigou os funcionários do turno da noite a permanecerem no trabalho. Quanto aos metalúrgicos da Cosipa, a di-

retoria do sindicato sabotou o movimento nacional, argumentando que a categoria está em campanha salarial e deverá realizar uma paralisação isolada na próxima semana.

GOVERNO REPRIME

A reação do governo Sarney diante do êxito da greve foi a do desespero e da repressão. Na quarta-feira, da 4, representantes governamentais anunciaram a demissão de 46 grevistas: 20 da Companhia Vale do Rio Doce, no Espírito Santo, 15 portuários de Santos, 8 funcionários da Datamec de Pernambuco e 3 da Dataprev do Rio Grande do Sul. Entre os demitidos se encontram Fernando Cordeiro, diretor do Sindicato dos Profissionais em Processamento de Dados de Pernambuco, João Estrela, dirigente da Associação dos Funcionários da Datamec deste Estado, e 6 dirigentes sindicais dos ferroviários do Espírito Santo.

O governo também acionou o Exército, que ocupou duas centrais de distribuição de energia elétrica do sistema de Furnas, em Cachoeira e Ibiúna — em São Paulo, — e uma usina hidrelétrica em Itumbia-



ra, na divisa de Goiás e Minas Gerais. Em outros locais, o policiamento também foi ostensivo, como em Paulínia (SP), ficando a cargo dos soldados PMs.

A repressão não intimidou os grevistas. No próximo final de semana, o Comando Nacional do Funcionalismo Federal e dos Empregados das Estatais, se reúne para avaliar o protesto de 48 horas e definir os rumos da luta pela aplicação da URP e pela reposição das perdas salariais.



O governo acionou a PM e o Exército, como na refinaria de Paulínia, mas os grevistas não se intimidaram e realizaram várias manifestações, como no Rio de Janeiro.

As lições da greve nas estatais

Ponto de vista sindical



Sérgio Barroso, coordenador nacional da Corrente Sindical Classista

A greve geral dos trabalhadores do setor público federal infringiu contundente derrota política no Planalto, deixou o ministro Mailson sem ter o que dizer à delegação do FMI que vem ao Brasil dia 15 e ainda provocou a ira da Escola Superior de Guerra (ESG). Após o primeiro dia de greve, o alcaide dos militares e assessor de Magri e Medeiros, Aloisio Azevedo, atacou duramente a unicidade sindical

aprovada na Constituinte, seguido de idênticas declarações prestadas dia 5 ao "Estado" por membros do corpo permanente da ESG.

O fato é que o isolamento do governo e a grande insatisfação dos trabalhadores com o arrocho salarial ficaram patentes. A greve atingiu setores estratégicos da economia, mobilizou 1.200 mil trabalhadores em todos os Estados. Teve como palavras-de-ordem a exigência do fim do congelamento da URP, reposição de perdas salariais, não privatização das estatais e repúdio ao FMI.

Enfrentou-se, durante a preparação da greve, insistentes ameaças de demissões, além da contrapropaganda mentirosa que dava conta do "fracasso" do movimento. As tropas do Exército ocuparam diversas refinarias da Petrobrás. Em Ibiúna, São Paulo, 80 soldados armados de metralhadoras e um tanque "Urutu" não conseguiram intimidar os operários da Central de Furnas.

A CUT teve um comportamento titubeante. Gilmar Carneiro, da Executiva Nacional desta Central, numa reunião do Comando de Greve em Brasília chegou a esbravejar: "Não vai ter greve nenhuma em São Paulo. Eu mesmo vou à minha assembléia defender contra a greve!". No mesmo dia, Magri, da CGT patronal, declarou aos jornais um dia antes da paralisação que "os trabalhadores não vão participar de uma greve política. A política de austeridade do governo está certa. É preciso fechar os cabides de emprego e botar para fora os parasitas".

No entanto, Magri viu-se forçado a defender a greve numa assembléia de Furnas e mais uma vez saiu-se com a demagogia barata de que é preciso "apagar a luz". Já Gilmar, no dia 4, reconheceu: "A greve superou a expectativa do Comando", tendo sido obrigado a participar de uma paralisação de horas dos funcionários do Banco do Brasil, base do seu sindicato. O próprio Joa-

quão dia 3 foi contra a greve, e dia 4 a favor.

Foi, portanto, justa e acertada a avaliação da Corrente Sindical Classista que, justamente com setores mais conseqüentes do sindicalismo (a maioria independentes), via amplas possibilidades na mobilização e em reunião de sua coordenação dia 27 tirou um Manifesto de apoio à luta dos trabalhadores, reproduzido em jornais de vários Estados.

O movimento dos trabalhadores no setor público comprova, assim, que o rumo a ser seguido pelo movimento sindical exige a decisão política de combater frontalmente o governo e o FMI e unir os trabalhadores para a luta. Não há espaço, no atual momento, para o peleguismo e a traição. Nem para a covardia e o colaboracionismo dessa parte do sindicalismo que, vez por outra, passa na cara o batom de "esquerdismo". Fica evidente, ainda, a necessidade de fortalecer, ampliar e organizar em todo o país a Corrente Sindical Classista.

Adesão dos metalúrgicos

Coincidindo com o início da greve do funcionalismo e das estatais, os metalúrgicos do Rio de Janeiro, deflagraram uma paralisação no último dia 3. Além de se solidarizar com os servidores do setor público, a categoria reivindica a manutenção da URP e uma reposição salarial de 60%. Em assembléia realizada na noite do dia 4, os metalúrgicos decidiram manter a greve — que atinge cerca de 70% dos 160 mil operários da base.

Desde março que o Sindicato dos Metalúrgicos tentava negociar com a entidade patronal (Firjan). Sem obter sucesso. Os empresários, inclusi-

ve, se recusavam a conversar, alegando que o dissídio da categoria é em outubro. A paralisação demonstrou a força e a disposição de luta da categoria. Na quinta-feira, mais de 10 mil grevistas fizeram passeata pela Avenida Brasil, congestionando o trânsito. O patronato já dá sinais de fraqueza, falando em negociação, mas também investe na repressão. No estaleiro Caneco, por exemplo, a PM agiu com violência. Em Nova Iguaçu, os policiais detiveram um diretor do sindicato, Luis Chaves, que inclusive, foi ameaçado com uma metralhadora. (da sucursal)

1º DE MAIO

Reflexo da fragilidade do sindicalismo

As comemorações do 1º de Maio nesse ano novamente refletiram as debilidades do sindicalismo brasileiro. Apesar da ofensiva de arrocho salarial do governo Sarney e da gravidade do quadro político atual, as centrais sindicais não uniram suas forças e nem jogaram o peso necessário na mobilização para os atos de protesto — que marcam o Dia Internacional dos Trabalhadores. A maioria das manifestações nos Estados ficou abaixo do nível de descontentamento do povo brasileiro.

Em São Paulo, principal centro industrial do país, ocorreram três atos. Na praça

da Sé, cerca de 5 mil populares estiveram presentes. A manifestação foi convocada pela CUT regional e contou com o apoio da Corrente Classista da CGT. Os inúmeros oradores centraram seus ataques no governo Sarney, condenando o congelamento da URP e defendendo a realização da greve geral do funcionalismo público federal e dos empregados das estatais. Nivaldo Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Purificação de Água e Esgoto e coordenador nacional da Corrente Classista, conclamou a unidade de ação do movimento sindical.

PROVOCAÇÃO FASCISTA

Representantes de entidades populares e dos partidos de oposição também tiveram direito à palavra. Aldo Rebelo, integrante da Direção Regional do PCdoB, foi bastante aplaudido ao defender o socialismo como única alternativa para os explorados. A manifestação quase terminou em conflito quando um reduzido grupo de fascistas, da chamada Ação Integralista Brasileira, penetrou na praça. O bando de provocadores, carregando faixas contra a politização dos sindicatos, foi escurraçado a tempo.

A outra "festa" do 1º de Maio foi promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, na sua subseção da Lapa. Apesar de muito chopp, Luis Antônio Medeiros, expoente da corrente direitista do "sindicalismo de resultados", não conseguiu manipular com tranquilidade os presentes. Os ativistas da "União Metalúrgica" estiveram no local e distribuíram um boletim denunciando as manobras conciliadoras do presidente do sindicato. "Não temos nada a compactuar com Sarney e seu bando. Não temos nada a oferecer aos patrões sangue-sugas. Não temos nada a barganhar com os constituintes do centro", afirmava o panfleto. Também houve uma manifestação do 1º de Maio em São Bernardo do Campo (ver matéria ao lado).

OUTROS ESTADOS

No Rio de Janeiro, a comemoração reuniu mais de 5 mil trabalhadores no gramado da Quinta da Boa Vista. A tônica dos discursos também foi a condenação do governo Sarney, mas houve um início de tumulto quando alguns ativistas mais sectários passaram a vaiar representantes de outras correntes oposicionistas. As lideranças da CUT e da CGT estadual se uniram na convocação do ato, mas não conseguiram evitar os conflitos.

No Rio Grande do Sul, as direções estaduais das duas

centrais convocaram unitariamente a manifestação, que ocorreu no Parque Farroupilha. O ato-show contou com mais de 1 mil populares. Em São Luís, no Maranhão, os manifestantes fizeram o enterro simbólico do presidente Sarney e exigiram a convocação das eleições diretas em 88.

Durante o comício na praça Deodoro, soldados da PM avançaram sobre os populares. No Piauí, as centrais realizaram um ato com cerca de mil pessoas. Nas faixas os manifestantes exigiram "Fora Sarney", "Pelo fim do arrocho salarial" e "Diretas-já". (das sucursais)

A presença do PC do B

São Bernardo do Campo realizou um dos maiores 1º de Maio deste ano, com mais de 10 mil trabalhadores presentes. Além do show musical, muito aplaudido, com dona Ivone Lara, José Geraldo e o conjunto Raízes de América, dois fatos marcaram a parte política do evento: a ausência de Lula, que convalida de uma operação de apêndice e a presença do PCdoB, pela primeira vez desde a divisão do movimento sindical brasileiro, em 1983.

Os comunistas do ABC se apresentaram com faixas de céculas de base, bandeiras e uma barraca que vendeu alguns milhares de cruzados de material de propaganda. O texto mais procurado foi a brochura de João Amazonas "O Trotskismo, corrente política contra-revolucionária" e alguns exemplares da Constituição albanesa se esgotaram rapidamente.

A fundamentação da presença do PCdoB se deve ao caráter do 1º de Maio no Povo Municipal de São Bernardo, como única comemoração da

data no ABC, e a necessidade de estar presente ali, onde se encontram as massas trabalhadoras, sem discriminações. O orador do partido na manifestação, Bernardo Joffily, do Diretório Municipal, ressaltou em sua falação que o PCdoB estará presente "até o último minuto" na luta por eleições diretas em 88, mas advertiu que seu partido está convencido do que "não será a mudança de homens no governo, que resolverá os problemas dos trabalhadores", pois a crise brasileira é estrutural e exige soluções revolucionárias.



Bernardo Joffily fala no ABC

Atos de luta em vários países

Os acordos da Internacional voltaram a soar em todo o Planeta no domingo, 1º de Maio, Dia do Trabalhador. Em Tirana, capital da Albânia, os trabalhadores desfilarão nas ruas centrais da cidade, comemorando os novos êxitos na construção do socialismo e expressando sua solidariedade às lutas dos operários por um mundo sem exploradores e explorados.

Mas se na Albânia o dia foi de festa, o mesmo não se pode dizer dos outros países. Na Polônia o governo mili-

tar reprimiu as manifestações operárias contra as altas de preços. Nos territórios ocupados por Israel, o Exército sionista matou mais um palestino e feriu pelo menos outros cinco, que participavam de protestos contra as atrocidades do Estado terrorista contra os povos árabes.

Em Santiago, capital do Chile, a polícia feriu três manifestantes e prendeu mais 100 ao reprimir o ato convocado pela oposição à ditadura do general Pinochet (no Chile estão encarcerados 449 presos políticos,

12 deles condenados à morte). Em Assunção, Paraguai, dois opositores foram presos e cinco feridos pela polícia do general Stroessner, o ditador, durante a repressão ao ato convocado pelo Movimento Intersindical de Trabalhadores — a polícia impediu a realização da passeata programada. Na França, a tônica do ato que levou 30 mil trabalhadores à praça da Bastilha foi a denúncia do racismo de Le Pen, candidato a presidente, e sua Frente Nacional neo-fascista.

CENTENÁRIO DA LEI ÁUREA

Uma vitória contra a opressão

O 13 de maio registra o centenário da abolição da escravidão no Brasil. Em todo o país o tema é discutido. O racismo e sua presença na vida nacional são abordados. A conquista da liberdade legal dos negros foi um marco no processo de lutas contra a exploração em nossa terra.

Antes de tudo é necessário desmascarar a historiografia oficial, que apresenta a princesa Isabel como a "redentora", e a abolição como um gesto de boa vontade do Império, ou mesmo dos senhores de escravos. É importante também salientar que o negro deixou de ser escravo para ser abandonado à própria sorte. Sem condições, sequer, de encontrar um trabalho que lhe garantisse a sobrevivência.

O coroamento da luta contra a escravidão se deu nos marcos de sua substituição por um outro sistema de exploração — a escravidão assalariada. Se essa circunstância dá o limite da conquista obtida com a abolição, não nega porém o fato de que o 13 de maio registra efetivamente um avanço da luta dos brasileiros contra a opressão.

Consta que o primeiro grupo de escravos negros foi desembarcado em São Vicente (SP), no ano de 1549. O rei de Portugal, D. João III autorizou que cada colono importasse para o Brasil até 120 escravos para suas plantações — houve protestos por que o número era insuficiente para o trabalho. Desde então, até ser extinto a partir da Lei Eusébio de Queirós (1850), o tráfico de escravos vitimara um número incalculável de negros — uma situação deplorável, que, no mundo das artes, será expressa no "Navio Negreiro", e outros poemas de Castro Alves no século passado.

Conta Clóvis Moura no seu excelente "Rebeliões da senzala": "A figura do traficante em determinado momento era todo-poderosa. Não adiantavam denúncias como a de Martim Francisco (em 1837), o qual mostrou que somente uma dessas embarcações, acoçada por ventos contrários, lançava ao mar 250 africanos para não sentir falta de gêneros".

Nos navios os escravos eram amontoados, sem condições de higiene e sem receberem alimentação adequada. Capturados na África (das regiões que hoje conformam o Congo, Moçambique, Angola, Nigéria, Daomé, Costa do Marfim e Sudão — calcula-se que até o século passado, entre escravizados e mortos, o continente negro perdeu 10 milhões de pessoas), os negros eram marcados a ferro no ombro, na coxa ou no peito.

Para os escravos, pau, pano e pão

Eis, segundo o relato de um tripulante de uma dessas embarcações, como a "civilização cristã" tratou alguns escravos no dia de Natal de 1738: "Amarrados ontem os negros mais culpados, isto é, os autores da revolta, pelos quatro membros e, deitados de bruços em cima da ponte, fizemo-los açoitar. Depois



cortamos suas nádegas, para que melhor sentissem suas faltas. Jogamos depois pólvora, suco de limão, salmoura e pimenta nas feridas, junto com outras drogas postas pelo cirurgião, para não dar gangrena".

Desembarcados em terras brasileiras, eram vendidos no próprio porto ou em leilões realizados logo após a missa dominical diante das igrejas. As condições com que eram tratados eram criminosas. Basta dizer que não era possível a reprodução natural da força de trabalho. Segundo Décio Freitas "o excesso de óbitos sobre nascimentos sempre foi no Brasil superior ao de qualquer outro país escravidão no Novo Mundo. Nas épocas de importação abundante a mortalidade de crianças de menos de 8 anos alcançava 70%, segundo o deputado Pereira da Silva, um impetuoso escravocrata; para outros, como o abolicionista Barão de Vila da Barra, a mortalidade podia chegar a 95%. Depois de uma importação de 2 milhões e 600 mil negros durante dois séculos e meio, a população escrava no Brasil em 1800 não passava provavelmente de 1,5 milhão. Em meio século, entre 1800 e 1850, importaram-se pelo menos 1.350.000 escravos. Apesar disso, em 1850 a população escrava continuava a mesma de 1.800, ou seja, 1,5 milhão. Admitida a estimativa de uma importação total de 4 milhões de escravos em toda a extensão do tráfico, conclui-se que em 1850 restavam 41% dos escravos desembarcados no Brasil".

A amargura dos negros escravizados refletia-se numa afirmação muito comum na época: "Os escravos precisam apenas de três pés: pau, pano e pão. Mais do que isso é um luxo". É interessante o conselho humanitário do padre André João Antonil aos seus discípulos escravocratas nos anos de 1.700: "...ouvir os delatados e, convencidos, castigá-los com açoites moderados ou amarrando-os com uma corrente de ferro por algum tempo. Ou no tronco. O certo é que, se o senhor se houver

com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, poderá também depois se haver com o senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo". O padre também aconselhava que as negras que estivessem grávidas só fossem açoitadas deitadas com a barriga sobre um buraco, para melhor proteger da pancadaria o escravinho que estava para nascer.

A reação dos explorados

Tratado como uma coisa, como um animal, o escravo, no entanto, era o sustentáculo da sociedade brasileira. Pedro de Magalhães Gandavo, em sua "História da Província de Santa Cruz", afirma que os moradores das Capitânias Hereditárias, no Brasil, "a primeira coisa que pretendem adquirir, são os escravos para nelas fazerem suas fazendas e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família porque um lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivam a granjeiam suas roças e desta maneira não fazem os homens nem despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. Pois daqui se pode inferir quanto mais serão acrescentadas as fazendas daqueles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como há muitos moradores na terra que não têm menos desta quantia, e daí para cima".

A reação do negro a esta situação é a dos oprimidos e explorados. Embora o escravo não tenha condições — pela própria maneira em que vive de elaborar projeto político e social que venha a substituir a sociedade vigente, nem por isso deixou de solapar o sistema escravagista. Suas reações à servidão abarcavam o suicídio, as fugas individuais e co-

"Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo". (Karl Marx, no livro "O Capital")



tecnicamente. Os negros foram expulsos da fazenda e invadiram as cidades, onde os aguardavam o desemprego e uma vida marginal.

A favela é a grande senzala

Na capital do Império, Rio de Janeiro, muitos desses negros marginalizados foram para os morros. Nesses morros encontraram uma vagem, o angico-vermelho-do-campo, também conhecida como "favela". Surgiu o "Morro da Favela".

É importante salientar que a abolição não foi um gesto magnânimo da princesa regente. Pelo contrário, um ano antes, em 1887, a princesa Isabel Cristina Augusta Leopoldina Francisca Micaela Gabriela Rafaela de Orléans e Bragança mandou fuzilar alguns escravos fugidos. Na verdade, o fim da escravidão foi conquistado com muita luta.

O movimento abolicionista envolveu intelectuais como Joaquim Nabuco, Castro Alves, Raul Pompéia e tantos outros. E também contou com a participação ativa de outras camadas de trabalhadores de nossa sociedade.

O apoio dos proletários

No Ceará, houve greve histórica dos jangadeiros contra o embarque de escravos, liderada por Francisco José do Nascimento, o "Dragão do Mar". Os tipógrafos de Fortaleza negaram-se a executar qualquer impresso que defendesse a escravidão. Luís Gama, no Centro Operário Italiano, em São Paulo, pronunciou muitas conferências abolicionistas. Os ferroviários abrigavam, nos trens que conduziam negros fugidos. O povo protegia escravos que estavam para ser castigados. Até o Clube Militar — num momento que contava com elementos democráticos em sua diretoria — repugnou o serviço de capitão-do-mato (caçador de escravo fugido) que tinha que executar, desafiando o comando do Exército.

Mesmo com as limitações históricas com que ocorreu — mantendo até hoje os negros como cidadãos de segunda categoria em nossa sociedade — a assinatura da abolição, em 13 de maio de 1888, não pôde deixar de ser registrada como um acontecimento histórico importante, uma conquista de nosso povo. (Carlos Pompe)



letivas, a formação de quilombos, a guerrilha, as insurreições nas cidades, a participação em movimentos organizados por outras classes e camadas sociais, como faz notar Clóvis Moura em seu livro acima citado.

Os suicídios já ocorriam, muitas vezes, nos próprios navios negreiros. Os negros matavam também os filhos para livrá-los da escravidão. E, no Brasil, os índices de suicídios entre os escravos eram elevadíssimos. Escreve João Alípio Goulart que "o escravo valia-se dos mais variados processos, sendo talvez o mais curioso aquele de engolir a própria língua obstruindo a glote e provocando asfixia. (...) Baleavam-se, esfaqueavam-se, enforcavam-se, afogavam-se, envenenavam-se, degolavam-se, estrangulavam-se, inclusive suicidavam-se comendo terra".

As fugas e formações de quilombos ocorreram já a partir de 1559, segundo os documentos dos senhores de escravos, e continuaram até a abolição, há um século atrás. Os negros abandonavam as fazendas, aliam-se aos índios e formavam quilombos. O mais importante foi o Quilombo de Palmares, no atual Estado de Alagoas, que resistiu por quase 100 anos aos ataques dos escravocratas. Surgiu no início dos anos 1600, e em 1675 tinha mais de 20 mil pessoas.

Os quilombos foram um baluarte na luta e resistência contra a escravidão. Em geral se localizavam em serras selváticas e incógnitas, inacessíveis aos ataques. No interesse da

defesa comum, estabeleciam vínculos entre si. "Sociedades livres e igualitárias, os quilombos agasalhavam generosamente todos os perseguidos e injustiçados da sociedade escravocrata", segundo Décio Freitas.

Um baluarte da luta dos negros

Clóvis Moura nota que os cativos participaram desde muito cedo "como aliados e muitas vezes como elementos destacados e até decisivos nas lutas, levantamentos e tentativas de sedição que diversas camadas sociais realizaram ou organizaram durante o nosso desenvolvimento histórico". Na revolta de Filipe dos Santos, na Inconfidência Mineira, na Inconfidência Baiana, na Revolta dos Alfiates, na revolução pernambucana, na Cabanagem, em suma, ao longo da história das lutas dos brasileiros, está presente o negro escravo, buscando sua libertação e contribuindo decisivamente para a formação de nosso povo.

Após a abolição, o negro ficou sem condições de engajar-se no processo de trabalho livre para não se marginalizar. "O Brasil foi o último país do mundo moderno a abolir a escravidão, e lançou o negro à própria sorte. No Nordeste, os latifúndios ocupavam toda a região, impossibilitando a formação de pequenas propriedades que pudessem abrigar os ex-escravos. Na região Sudeste, o negro não tinha condições de concorrer com o imigrante, melhor qualificado

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 55 — Bela Vista — São Paulo - SP — CEP 01318 — Telefone: 36-7531 (DDD 011) — Telex: 1132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Olívia Rangel, Bernardo Joffily
ACRE: Rio Branco: Edifício Felício Abrahão, 2º andar, sala 32 — CEP 69900
ALAGOAS — Arapiraca: Pça. Luís Pereira Lima, 237 Sobrelaja CEP 57000
Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 — Centro — CEP 57000
AMAZONAS — Manaus: R. Simon Bolívar, 231 (ant. Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — Rua João Pessoa 53, São Lázaro. Fone: 237-6644 — CEP 69000
BAHIA: Camaçari: R. José Nunes de Matos, 12 — CEP 42.800
Feira de Santana: Av. Sr. dos Passos, nº 1399 — 2º andar — sala 1415 — CEP 44100
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928 1º andar sala 1 — Centro — CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44 1º andar Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A CEP 44060. Paratinga: Rua Marechal Deodoro, 30 Centro CEP 47500. Salvador: R. Conselheiro Junqueira Ayres, 41 — Barris — CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de setembro (prédio da ant. Cimesf) — CEP 43700
DISTRITO FEDERAL: Brasília: HIGS Bloco G Casa 67 — CEP 70302 — Telefone 225-8202
CEARA — Fortaleza: Av. Tristão Gonçalves, 789 CEP 60000. Iguatú: Pça. Otávio Bonfim, s.n. Altos — CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236 sala 4 CEP 62100
ESPIRITO SANTO — Cachoeiro do Itapemirim: Pça. Gerônimo Monteiro, 89 sala 2 Centro — CEP 29300. Vitória: Rua Prof. Baltazar, 152 CEP 29020
GOIÁS — Goiânia: Rua 3, nº 380 casa 6 CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de ju-

lho, 821 Centro — CEP 77100
MARANHÃO — São Luís: Rua Osvaldo Cruz, 921 Centro Fone: 221.5440 CEP 65000
MATO GROSSO — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 Fundos CEP 78030 — Fone 321-5095
MATO GROSSO DO SUL — Campo Grande: Rua Maria Madalena, 5 CEP 79010
MINAS GERAIS: Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 Centro — Fone 224-7605 — CEP 30000
PARÁ — Belém: Rua Manoel Barata 993 CEP 66000
PARAIBA — João Pessoa: Pça. 1817 nº 116 2º andar Centro CEP 58020

Campina Grande: Praça da Bandeira, 117 1º andar Centro CEP 58100
PARANÁ — Curitiba: Rua Saldanha Maranhão, 370 2º andar CEP 80000 Fone: 222-9120. Londrina: Rua Sergipe, 984 sala 206 2º andar CEP 86100
PIAUÍ — Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1459 Fone: 222-2044 CEP 64000
PERNAMBUCO: Cabo: Rua Vígário Batista, 236 CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5 sala 1 Centro CEP 55300. Recife: Rua do Sossêgo, 221, Boa Vista CEP 50750
RIO GRANDE DO NORTE: Natal: Rua Jundiá, 420-A CEP 59000 — Cid. Alta CEP 59100
RIO GRANDE DO SUL: Porto Ale-

gre: Rua Vig. José Inácio, 687 3º andar CEP 90020. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2049 CEP 95100. Canoas: Rua Tiradentes, 130 sala 405 CEP 92100. Cruz Alta: Rua João Manoel, 433 CEP 98100. Pelotas: Rua Tiradentes, 2394 1º andar CEP 96010. Santa Maria: Rua Mal. Floriano Peixoto, 1357 Fundos — CEP 97100. Novo Hamburgo: Rua Lucas de Oliveira, 96 sala 6 CEP 93510. Rio Grande: Rua Gal. Victorino, 746-A CEP 96200
RIO DE JANEIRO — Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 2º andar Fone: 252-9935 CEP 20000 — Nilufer: Av. Amaral Peixoto 370 sala 808 Centro — CEP 24000. Duque de Caxias: R. Nunes Alves, 40 sala 101 CEP 25000. Nova Iguaçu: Trav. Renato Pedrosa, 33 sala 319 CEP 26000
SANTA CATARINA — Florianópolis: Rua XV de Novembro, 21 sala 705 Caixa Postal: 1231 CEP 88075
SAO PAULO — São Paulo: Rua Condessa de São Joaquim, 272 Fone 277-

3322 CEP 01318 Bela Vista. Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281 sala 6 CEP 13470. Boluacatu: R. Armando de Barros, 817 1º andar sala 2 CEP 18600. Campinas: Rua Senador Saraiya, 448 Fone 2-6345 CEP 13100. Marília: R. Dom Pedro 180 CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 20 2º andar, sala 12 CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119 Caixa Postal 533 CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195 1º andar sala 19 CEP 12200. Guarulhos: R. Pe. Celestino, 42 sala 8 2º andar CEP 12200
SERGIPE — Aracaju: Rua Itabaianinha, 145 sala 104 CEP 49010
A Tribuna Operária é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-up, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jorjões. (Fone: 815-4999) São Paulo SP.

Bahia: a maior conferência do PC do B

Os militantes do Partido Comunista do Brasil devem sair imediatamente dos cargos que porventura detenham na CGT. Devem fortalecer a corrente sindical classista formada na reunião do dia 19 de abril, em Campinas, mas fora da CGT. Não devem articular a criação de uma nova central no atual processo de reunificação do movimento sindical brasileiro, abrindo discussão e buscando atrair setores da CUT, da própria CGT e independentes. Ao mesmo tempo, devem sugerir que o congresso da Corrente Classista, marcado para dezembro, seja antecipado para julho ou agosto.

Estas foram algumas das principais decisões da Conferência Regional do PCdoB da Bahia, reunida de 29 de abril a 1º de maio no Centro de Convenções, em Salvador. Elas serão encaminhadas ao Congresso do Partido, entre 11 e 15 de maio.

A conferência da Bahia foi seguramente a maior das realizadas pelo partido em todo o país. Reuniu exatos 2824 militantes nas assembleias de base. E realizou mais de 50 conferências distritais e municipais na capital e no interior, que elegeram 307 delegados à regional, 292 dos quais compareceram. O PCdoB baiano chega ao 7º Congresso, em S. Paulo, também com a maior bancada do país — 81 delegados.

Ao lado do expressivo número de participantes, a conferência baiana destacou-se pelo intenso debate e pelo bom nível das intervenções da maioria dos 292 delegados presentes. Em clima de muita unidade, entusiasmo e combatividade, os comunistas baianos analisaram durante três dias a conjuntura internacional, nacional e estadual e definiram propostas para a atuação do partido nas várias frentes de luta, da parlamentar ao movimento popular. A luta pelas eleições diretas para presidente da República ainda este ano está na ordem do dia, do mesmo modo que a manutenção da batalha por conquistas democráticas na Constituinte.

No plano eleitoral, o PCdoB baiano decidiu colocar já, nas ruas, as campanhas da deputada Lídice da Mata para prefeita de Salvador, e da vereadora Luíza Maia para prefeita de Camaçari, como alternativas populares às frentes políticas progressistas que se formam nestes municípios. Em Salvador, cinco candidatos do partido já estão definidos para vereador: Jane Vasconcelos e Ney Campello, pretendem a reeleição, e concorrem pela primeira vez o presidente do PCdoB na primeira zona eleitoral e suplente de deputado estadual, Javier Alfaya, o presidente do Sindicato dos Têxteis Daniel Almeida, e a líder do bairro Cássia Santos. Em Camaçari, disputarão

a Câmara Municipal o operário Izanor Pereira, diretor do Sindiquímica, o funcionário público David Oliveira, e o coordenador da União da Juventude Socialista, José Caires.

Vieram comunistas de quase 40 municípios do interior baiano, com destaque para as bancadas de Camaçari — 52 delegados, jovens, operários e mulheres, na sua maioria — e do sul do estado, também com 52 delegados. De Canavieiras, região marcada por violentos conflitos de terra, os trabalhadores rurais chegaram entusiasmados depois de participarem das mais numerosas assembleias de base, fora as de Salvador e Camaçari. E voltaram ainda mais animados, alguns deles vivendo pela primeira vez a experiência de participar de uma Conferência Regional do Partido. O entusiasmo foi a tônica geral da conferência, ao lado do bom nível dos debates e da intensa participação dos delegados. O PCdoB, na avaliação do presidente regional Péricles de Souza (reconduzido ao cargo por aclamação do plenário, que elegeu em clima de muita unidade o Diretório Regional, ampliado para 35 integrantes), saiu desta conferência revitalizado e fortalecido. E contribuirá para que o mesmo ocorra no 7º Congresso, em São Paulo.

(Pedro Augusto, da sucursal)



Decisões seguras marcaram a conferência da Bahia, que demonstrou um grau impressionante de participação da militância.

A virada do PCdoB em São Paulo

Três adendos ao documento da direção nacional

Um partido mais numeroso que o de um ano e meio atrás. Um partido que conserva como marcas registradas o entusiasmo, o otimismo e a combatividade. Mas sobretudo um partido que cultiva a crítica e autocrítica, que vai vencendo os resquícios de seguidismo herdados de períodos anteriores, e que aprende que para cumprir as tarefas extraordinárias que tem pela frente precisa examinar sua própria atuação com olhos rigorosos, precisa superar com espírito revolucionário suas insuficiências. Este é o retrato que, ao longo dos últimos dias 29, 30 e 1º de maio, formou-se na mente dos que assistiram à Conferência Regional do PCdoB de S. Paulo. Uma imagem que toca e impressiona especialmente aqueles que acompanharam as sucessivas crises vividas pelo partido ao longo de 1987. Visto por todos os ângulos, o PCdoB que se reuniu no fim-de-semana retratado no auditório do Centro do Professorado Paulista é mais forte que a agremiação que realizou sua última Conferência Extraordinária em dezembro de 86, após uma campanha eleitoral que mobilizou o conjunto da militância mas que teve resultados catastróficos. A mudança começa pelo aspecto quantitativo. Os 182 delegados de agora representavam 1623 militantes, contra 1010 em 1986. A participação de operários e de mulheres também cresceu, atingindo 26% e 27%, respectivamente. Mas a grande virada não pôde ser enxergada a partir da observação dos números, e sim da qualidade das intervenções dos delegados e do que elas representavam.

No primeiro dia de debate, estas intervenções convergiram para uma avaliação cuidadosa dos informes apresentados pelo Comitê Central, que se prolongou por mais de oito horas e contou sempre com a participação atenta do plenário. Ao final, foram aprovados a declaração programática os princípios de organização e o balanço da atividade apresentados pela Direção Nacional, com três adendos propostos pelo Diretório Regional que encerrava suas atividades.

O primeiro afirma que o partido apresentou "debilidade e desvios" na aplicação da tática aprovada em fevereiro de 86 e considerada "correta" pela Conferência. O segundo trata de forma ampla o movimento sindical. Apóia o rompimento com a direção da CGT. Sustenta a necessidade de fortalecer a Corrente Classista e indica que os comunistas devem ganhar o conjunto desta articulação para a retirada completa das hostes desta central. O último adendo considera "excessivamente branda" a autocrítica feita sobre a atividade de agitação e propaganda, e pede medidas à altura do papel desta frente nas atividades revolucionárias.

No segundo dia, o mesmo espírito de crítica madura que havia conduzido a estas decisões propiciou um exame minucioso da atividade do PCdoB em São Paulo. Foi aí que surgiram colocações particularmente ricas. Uma delas fez um balanço rápido porém esclarecedor sobre a ação do partido na região operária do ABC. Mostrou que durante vários anos ela pautou-se por adotar métodos simplistas no enfrentamento ao PT, o que era estimulado pela Direção Regional comandada por Antonio Barbosa. Os militantes eram considerados "preguiçosos" por não obterem bons resultados na luta sindical, e a simples prática de um "combate ofensivo" era vista como solução milagrosa para vencer a hegemonia petista.

Crítica severa aos métodos políticos simplistas

O mesmo informe, no entanto, destacou que quando a militância passou a tratar a luta ideológica e política na área com a profundidade que elas tem de fato, o quadro avançou significativamente. Prova disso é que o partido já conta com dezenas de militantes no ABC.

Em outra colocação, um militante fez observações contundentes

sobre a disputa política no campo. Frisou a necessidade do partido elevar seu conhecimento sobre a realidade concreta de cada setor de classe, e de armar-se de propostas concretas para conquistar o apoio dos pequenos proprietários. Alertou que as forças mais retrógradas têm conseguido avanços nesta frente, mas demonstrou que há grandes possibilidades de crescimento no setor. Concluiu que isso pode ser feito através da intervenção precisa a respeito de problemas como o estrangulamento financeiro dos camponeses, vítimas de juros escorchantes. Foi intensamente aplaudido.

A cor popular que caracteriza o PCdoB não se esvaneceu por um só minuto durante a Conferência. A presença de operários e de líderes do povo, nítida no plenário, tomou forma também no microfone de intervenções. Chamou a atenção a colocação de uma bóia-fria da região de Sertãozinho, a mais sacudida por greves e revoltas de trabalhadores rurais. Visivelmente emocionada, mas sem perder jamais o fio condutor de seu discurso, ela comoveu a plenária com uma demonstração do que se poderia chamar "patriotismo proletário". "Aprendi que a luta que fazemos hoje dará resultados para nossos filhos. Passamos grandes dificuldades, mas não desistimos, porque nós 5 não podemos deixar o Brasil afundar."

E este entusiasmo proletário soube valorizar a participação de representantes de outras correntes democráticas e de aliados do PCdoB, convidados para um ato político especial, realizado no dia 30. José Américo Dias, da direção regional do PT, disse que seu partido vê no PCdoB uma força com a qual é preciso atuar conjuntamente. Ali Al-Khatib, em nome da OLP, frisou que os comunistas sempre trataram com atenção especial a luta do povo palestino. O jornalista Raimundo Pereira, depois de garantir que não vê o 7º Congresso como mero espectador, pois enxerga no PCdoB uma corrente fundamental na luta por uma imprensa progressista, concluiu: "Deixo aqui meu grito de 'Viva o Partido Comunista do Brasil'".

A participação das correntes democráticas seria reforçada, mais tarde, pela presença do constituinte Plínio de Arruda Sampaio, do PT, candidato à prefeitura de S. Paulo que disputava a indicação em seu partido. Sempre destacando que trabalha em estreita ligação com a bancada do PCdoB na Constituinte, Plínio assegurou: "Vocês têm em mim um companheiro disposto a lutar pela unidade das forças democráticas e progressistas."

Um debate rico para definir posição frente a Quêrcia

A Conferência também teve seus momentos de polêmica. Um



"Estamos no caminho de um grande passo adiante", disse Amazonas...



... a uma plenária que conservou o entusiasmo mas soube cultivar a crítica e a autocrítica.

grande debate permeou, por exemplo, a definição da postura dos comunistas em relação ao governo Quêrcia. A proposta de resolução apresentada pela direção regional, depois de apontar que o governador abandonou todos os compromissos democráticos da campanha, falava em "independência política completa" em relação a ele. Vários delegados propuseram substituir este trecho por "oposição ao governo Quêrcia". Após várias rodadas de intervenções, a plenária concluiu que era de fato necessário precisar com clareza a posição oposicionista. Mas decidiu também que esta definição não pode levar os comunistas a perderem de vista o combate principal de nossos dias, encarnado nas palavras de ordem: "Fora, Sarney" e "Diretas 88". A resolução final foi aprovada por unanimidade.

Já com a noite de domingo avançada, a Conferência elegeu a nova direção regional e os 47 delegados ao 7º Congresso. Mais um sinal de avanços. 29% dos

membros do novo diretório são operários; 52% são sindicalistas. Entre os delegados ao Congresso, 25% são mulheres.

Amazonas conclui: "Este é o início de uma nova fase"

A reunião terminou em clima de festa às 23 horas, quando o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, sintetizou o significado da Conferência. Ele fez questão de não esconder que "desde 79 o partido enfrentou grandes dificuldades em S. Paulo". Mas garantiu que "pelo que pude observar aqui, ele está no caminho de dar um grande salto adiante".

Amazonas informou ainda que a direção nacional decidiu destacar o dirigente Olival Freire, que atuava na Bahia, para S. Paulo, e indicá-lo para a secretaria política da regional. Destacou que o ato se constituía num reforço à atuação do partido no estado.

Foi saudado com entusiasmo pelos delegados. Junto com Fernando Pupo e Aldo Rebelo, Olival tivera papel destacado durante todo o decorrer dos trabalhos. Ao final da falação de Amazonas, uma plenária emocionada entoou a "Internacional".

Pela importância política fundamental do Estado e pelas dificuldades múltiplas do passado recente, a Conferência de S. Paulo era aguardada com enorme expectativa pelos comunistas de todos os demais estados. Certamente eles não ficarão decepcionados. Sem ufanismo inconsequente, mas com a firmeza de quem tem consciência de suas próprias possibilidades, os delegados que se reuniram no fim-de-semana retratado lançaram um brado a todo o país. Este brado, que na verdade vem do conjunto da militância paulista, diz claramente: "Estamos firmes na luta, companheiros!"

(Antonio Martihs)



A conferência foi saudada pelo deputado Plínio Sampaio (PT)